



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 167, SÁBADO, 4 DE NOVEMBRO DE 2017

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 167ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 2017

1.1 – ABERTURA

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Oradores

Senador Hélio José – Leitura do relatório da CPI da Previdência; e outros assuntos. 6

Senador Paulo Paim – Críticas à proposta do Governo Federal de reforma da previdência; e outros assuntos. 28

1.2.2 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 38

1.2.3 – Oradores (continuação)

Senador Hélio José, como Líder – Registro do Dia do Servidor Público, comemorado em 28 do corrente. 38

1.3 – ENCERRAMENTO 46

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 167ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Realização de sessão

Realização de sessão especial segunda-feira próxima, às 11 horas, destinada a celebrar o Centenário da Terapia Ocupacional, nos termos do Requerimento nº 471/2017, do Senador Antonio Anastasia e outros Senadores. 48

2.1.2 – Término de prazo

Término do prazo, em 1º do corrente, com apresentação de cinco emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 351/2013-Complementar. 50



PARTE III

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	58
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	59
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	62
6 – LIDERANÇAS	63
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	67
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	76
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	81
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	129

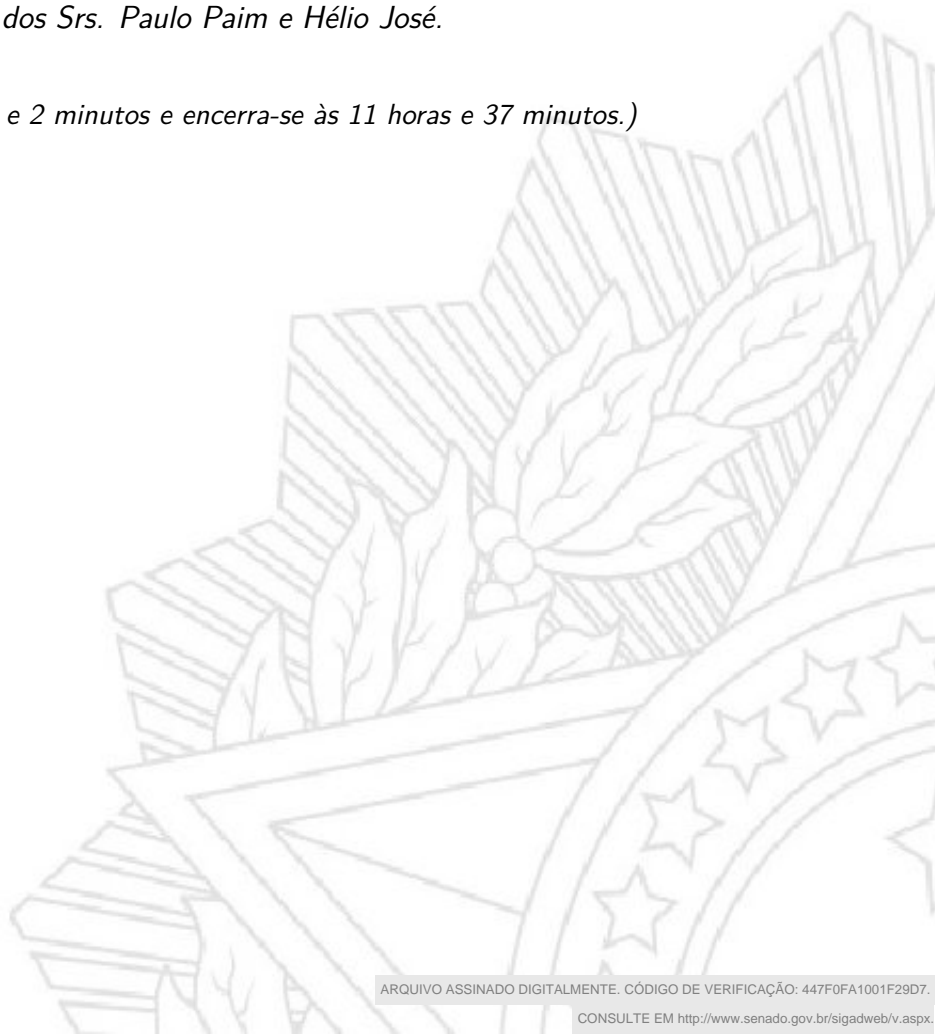


Ata da 167ª Sessão, Não Deliberativa,
em 3 de novembro de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Hélio José.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 2 minutos e encerra-se às 11 horas e 37 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

De imediato, passo a palavra para o Senador Hélio José.

O Senador Hélio José foi o nosso grande Relator da CPI da Previdência e hoje, nesta sexta-feira pela manhã, nós aproveitaremos para aprofundar o debate sobre este tema, com a presença do Relator já na tribuna.

A palavra é sua, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Paulo Paim e dizer, nobre Senador, que vou iniciar hoje... Quero dar um bom-dia também aos nossos ouvintes da TV e Rádio Senado; um bom-dia ao Brasil; um bom-dia a todos aqueles que necessitam do trabalho sério, ético, de bom senso e de responsabilidade de seus Parlamentares.

Tive a honra e a proteção de Deus por ter sido escolhido Relator de uma CPI tão importante, presidida por V. Ex^a, a CPI da Previdência. Tanto eu quanto V. Ex^a e toda a Comissão nos dedicamos de corpo e alma a buscar a verdade. A verdade é a essência da vida, é a essência do trabalho sério e responsável que nós podemos dar ao nosso País, aos nossos eleitores, às pessoas que realmente nos acompanham.

E nós fomos intransigentes nisso. Organizamos 31 reuniões, para as quais mais de 230 cidadãos e cidadãs brasileiros foram convidados a estar conosco aqui no Congresso Nacional. Tivemos a colaboração de altas autoridades do Judiciário, notadamente o pessoal da Ajufe, da Anamatra, os juízes ligados à Justiça Federal, à Justiça do Trabalho. Tivemos também notadamente a presença da Magistratura, o apoio e a participação do Ministério Público, que esteve conosco, e de altas autoridades do Executivo, como, por exemplo, a Secretaria do Tesouro Nacional, a AGU (Advocacia-Geral da União). Contamos com a presença da Receita Federal do Brasil, por intermédio do Sr. Rachid; do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social); da SOF; e de várias autoridades do Executivo que participaram, responderam a perguntas e colaboraram, de uma forma ou de outra, com a CPI.

Além disso, do Legislativo tivemos a presença de várias personalidades, assessores, consultores e Parlamentares, como o Deputado Arthur Maia, Relator da PEC 287 na Câmara dos Deputados, o qual esperamos que agora, com bom senso, lendo o relatório da CPI, mude seu ponto de vista sobre essa PEC conhecida como PEC da morte, que não permite que as pessoas se aposentem de forma adequada. Refiro-me à PEC 287, que está na Câmara dos Deputados, uma PEC antipovo, anticidadão, contra aquele trabalhador que trabalha de sol a sol e que recolhe no seu contracheque, religiosamente, todo mês a contribuição para o INSS, contra aquele trabalhador que é um servidor público, que já teve a sua reforma feita em várias outras ocasiões anteriormente indicadas no relatório da CPI, contra as donas de casa, que têm dupla, tripla, quádrupla jornada de trabalho. É uma PEC antipatriótica, que é contra o trabalhador rural, aquele que levanta às 4h da madrugada, com ou sem orvalho, com ou sem gelo.

V. Ex^a mesmo relatou uma ida do senhor ao campo, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um apartezinho, já que o senhor falou disso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou tentar sempre, quando fizer aparte, levar no máximo um minuto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Não, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desta minha experiência que V. Ex^a fala, o que mais me marcou foi o fato de que eu entrei lá às 5h30 da madrugada e fiquei até perto das 11h, porque me entreguei, não aguentei o tranco.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que me disseram foi o seguinte: "Senador, isto aqui vai até a noite, não termina agora, ocorre domingo, sábado, no primeiro dia do ano, no Natal. Não há feriado". Não há um único dia em que não ocorra, porque eles têm que fazer a ordenha e operar todo o tratamento tanto dos animais quanto da plantação. Só para enfatizar a importância do seu pronunciamento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – É muito importante, Senador Paulo Paim, e eu gostaria de englobar em meu pronunciamento esse testemunho do senhor, que é um testemunho de vida.

Eu posso dar o meu também. Eu morei na fazenda do meu pai, que era um pequeno fazendeiro no Estado de Goiás – eu sou de Corumbá de Goiás –, e eu me lembro que os vaqueiros, as pessoas que cuidam do gado, tinham que levantar às 4h da manhã – com chuva, sem chuva, com secura, sem secura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. Quando eu fui lá era um dia de chuva.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Um dia de chuva, não é, Senador Paulo Paim? Então, essa é uma experiência de vida.

Então, o trabalhador rural, o vaqueiro, aquela pessoa que trabalha na coleta, na agricultura, tem uma vida muito penosa; não é possível ela ter um tratamento igualitário com a pessoa que trabalha nos gabinetes.

Além disso, temos os trabalhadores das aposentadorias especiais, que não foram considerados. Um trabalhador em mina de cimento é altamente suscetível à silicose, ou seja, o seu pulmão petrifica, vira pedra se ele continuar muitos anos exposto àquele pó danoso. O trabalhador em fábrica de amianto tem uma vida muito precoce. O trabalhador na área elétrica, Senador Paulo Paim... Eu, como engenheiro eletricista de formação, já tive oportunidade de me sentar, para poder fazer a manutenção, em um cabo energizado de 500 mil volts. A gente percebe os efeitos danosos da corrente elétrica sobre o cidadão.

Então, a pessoa que trabalha em um ambiente perigoso não pode ter um tratamento similar ao dado a pessoas que trabalham em outras áreas. Então, as aposentadorias especiais são muito importantes, e essa PEC 287 quer equiparar todo mundo, como se não houvesse diferença. Isso é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a, que é dessa área, calcule um policial federal. Na Polícia Civil, o projeto acabava com a



especial; para os professores acabava com a especial. Depois, foram meio que recuando, mas acabavam; no projeto original acabavam com tudo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Mas temos que ficar atentos à Polícia Civil, ao professor, com aquele pó de giz o tempo inteiro. Então, Senador Paulo Paim, é um acinte completo.

Então, chamamos autoridades do meio – autoridades do Executivo –, como Delegados da Polícia Federal, pessoas que de fato conhecem a problemática nacional do desvio de conduta de vários outros, e que nos apontaram uma série de desvios de conduta tanto com relação ao INSS, com aposentadorias fraudadas, como com relação à cobrança de milhares da iniciativa privada, de megaempresários que não pagam a Previdência, que ficam empurrando com a barriga, prejudicando o contribuinte bom pagador e o empresário bom pagador, de modo, Senador Paulo Paim, que fica aumentando, por incompetência do Estado, por uma falta de gestão adequada, um acúmulo de dívida.

Nesse relatório da CPI nós chegamos a comprovar que esse acúmulo de dívida, como o senhor coloca, chega a R\$1 trilhão para um déficit forçado em que, pegando contas que não se podem somar, fazendo uma série de atos indevidos, apontam um déficit da ordem de R\$140 bilhões, R\$150 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E é importante que toda hora eles mudam o déficit.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Toda hora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós já vimos 150, 180, 200, e já vi baixar para 60 esses dias, quando nós começamos a dizer que não tinha déficit.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Então, quer dizer, é um absurdo um Governo que força na conta errada para tentar justificar o injustificável.

Então, baseado nisso, Senador Paulo Paim, eu creio que o Brasil todo que está nos ouvindo precisa agir, precisa exigir decência, exigir respeito ao povo brasileiro, ao povo pobre deste País, ao povo rico e ao povo da classe média. Todos vão à urna no dia 7 de outubro de 2017, Senador Paulo Paim, e vai ser a grande oportunidade para o nosso eleitor, para o nosso povo dar um basta na corrupção, afastar todos aqueles que estão envolvidos com a ficha suja, todos aqueles que tiveram desvio de conduta e que desviaram dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para que depois não fiquem querendo trabalhar com um outro dado: 2018. V. Ex^a, quando destacou e fez questão de reafirmar: nas eleições de 2018.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exatamente.

Então, é muito importante, Senador Paulo Paim, que o nosso povo que está nos ouvindo se organize. Em 2018, que o político que quiser prejudicar o trabalhador brasileiro que trabalha de sol a sol, tirando dele o direito de ter uma aposentadoria digna, seja afastado da vida tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, e que aquele político envolvido com corrupção perca o seu mandato nas urnas, porque o eleitor vai ter o direito de cassar todos aqueles da corrupção se quiser cassar. Então, precisamos, todo o Brasil, ter realmente a cidadania para votar de forma correta e adequada.



Além disso, Senador Paulo Paim, das autoridades do Judiciário, das autoridades do Executivo e das mais altas autoridades legislativas, tivemos a presença de um sem-número de autoridades da sociedade civil nessa CPI; tivemos a presença da CNBB, via o nosso nobre Secretário-Geral da CNBB, D. Leonardo; tivemos a presença da OAB, via a Presidência da OAB do Distrito Federal, seccionais da OAB e aqui, neste plenário, sentado comigo, ao meu lado, o Presidente Nacional do Conselho da OAB; todos colocando com toda a clareza que a PEC 287, que está na Câmara dos Deputados, é perversa, antipovo, é uma proposta antipatriótica e que não representa a realidade dos fatos.

Ouvimos também o movimento social organizado, as centrais sindicais. Ouvimos as associações – entre elas inclui-se a Anfip, que é uma associação séria, responsável, de servidor público, que fez os seus cálculos considerando a Constituição brasileira, considerando a verdade dos fatos e comprovou que, durante todos os anos, nunca houve déficit e que agora, nesse último ano, devido ao processo do *impeachment*, que paralisou o País – por seis meses praticamente nada aconteceu no País –, aí, sim, apontou um pequeno déficit, totalmente superado com o superávit da série anterior que seria coberto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse destaque de V. Ex^a é fundamental, porque eles pegam só esse último ano.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas o Brasil não começou a partir de 2017.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Brasil tem uma retrospectiva. E, como diz muito bem V. Ex^a, peguem a média dos últimos dez anos se quiserem. Se quiserem, peguem a média dos últimos 20 anos. Estamos desafiando. Aqueles que nos desafiam peguem a média. Se quiserem, podem pegar dos últimos 30 anos, da Constituinte para cá, e vocês vão ver se o superávit chega... Pelos nossos cálculos e pelo dos especialistas que estiveram lá, acima até do que coloca a Anfip. A Anfip, muito equilibrada, tranquila, diz que se pode afirmar, em qualquer cenário, que o superávit nunca baixou de R\$50 bi em média. Em média, como disse V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Em média!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nunca baixou de R\$50 bi.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Então, para o Brasil que nos ouve poder entender, o art. 195 da Constituição brasileira define que as contribuições para a seguridade social são compostas por algumas fontes de receita, as quais a Anfip muito bem considera. São compostas, além da contribuição de cada um de nós, individualmente, via nosso salário, nosso contracheque, nosso holerite – tem região que conhece contracheque como holerite –, também pelos tributos pagos pela empresa contratante, que faz parte da receita. Além disso, há os jogos de prognóstico: loteria – a famosa loteria esportiva –, Loto, Mega-Sena. Todos esses jogos de prognóstico pagam recursos para a Previdência Social.

Além disso, são compostas pela CSLL. O que é isso? É a Contribuição Sobre o Lucro Líquido de todas as empresas do País. Além disso, há a contribuição da Cofins, há a contribuição do PIS e do



Pasep, há a contribuição sobre exportações, há a contribuição que se junta, de uma série de fatores, e faz uma cesta contributiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De compra. Só um exemplo, na linha de V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando você compra ou vende uma casa, você paga ou não paga à Previdência? Paga. Pergunte se o dinheiro foi para a Previdência.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exatamente, o dinheiro é desviado para outras coisas, e o pagamento desse tributo é para a Previdência Social.

Ainda há malefícios, pois eles fazem uma série de malefícios para prejudicar a Previdência, como a DRU, por exemplo, a Desvinculação de Receitas da União...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem lembrado!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... que tirava cerca de 20%, e agora está tirando 30% do dinheiro da Previdência, que não retornam para os cofres da Previdência. Quer dizer, uma série de forçações de barra, para mentir para o povo brasileiro.

Por isso, na CPI, eu e o Senador Paulo Paim tínhamos indicado o indiciamento de dois ministros, e não por ter algum problema com eles – zero problema contra os ministros. Não tenho problema pessoal com ninguém. Foi só porque eram responsáveis pelos dois setores. Um é o Ministro da Fazenda, Meirelles, responsável por todo o setor de contas, que faz uma série de contas erradas, para tentar forçar uma PEC antipovo e uma PEC antitrabalhador.

Então, era o indiciamento do Ministro Henrique Meirelles, por ser o responsável por todo esse setor, e o indiciamento do Ministro Eliseu Padilha, por ser o responsável pela Casa Civil da Presidência da República, o órgão que mais propagandeia a PEC 287, e por ser o responsável pela Secretaria de Comunicação, que está abaixo da Casa Civil, que fez propagandas alarmantes, propagandas aterrorizantes, para mentir para o povo brasileiro com relação à Previdência Social. Por causa disso, tínhamos indicado o indiciamento desses dois cidadãos.

Mas, por pedido da Liderança do Governo nesta Casa, nós atendemos, para conciliar e ter o relatório que interessava, que era o relatório da verdade, aprovado por unanimidade, aprovado pela Liderança do Governo, pelos Líderes do Governo, e aprovado pela oposição e pelos independentes – e eu me coloco aqui com a posição de independente neste momento, eu, o Senador Paulo Paim –, relatório que todos nós aprovamos por unanimidade, Senador Paulo Paim, o que considero o nosso grande feito, de V. Ex^a, meu, de todos os assessores da nossa CPI e de todos os 12 Senadores que compuseram o egrégio da CPI da Previdência. E os 61 Parlamentares, Senadores da República do Brasil inteiro, que assinaram o pedido da CPI, porque nós comprovamos que é possível trabalhar de forma honesta, de forma organizada, para poder desmentir uma mentira que vem sendo pregada como verdade ao longo do tempo, que era o déficit da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Ex^a me permite...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois não, Senador.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... eu quero enaltecer o seu gesto. E V. Ex^a, como relator – e todo mundo sabe que relator tem peso no momento de uma votação –, se V. Ex^a tivesse insistido, iria criar um impasse ali.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E V. Ex^a, de forma muito hábil, abriu mão do indiciamento que fazia – de dois Ministros –, para que o relatório fosse votado por unanimidade no seu mérito. Isso V. Ex^a conseguiu. Eu, que presido a sessão, percebi que a intenção de V. Ex^a era de que, de fato, alguém fosse responsabilizado ou pelo menos fosse investigado sobre os fatos que ali a CPI discorreu, durante seis meses. Mas V. Ex^a teve a grandeza de dizer: "Olha... Então, tudo bem: eu abro mão do indiciamento, para que a votação seja unânime...". E vamos assumir aqui, eu diria também, que o Senador Jucá teve também uma postura de muito equilíbrio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Muito equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele disse: "Não: retirem os dois nomes e nós votamos por unanimidade." E assim fizeram o Senador Lasier, o Senador Telmário Mota, o Senador... Enfim, todos os que estavam lá concordaram com essa mediação que foi feita pelo Líder do Governo e acatada por V. Ex^a, e eu cumpri o meu papel de colocar em votação por unanimidade.

Cumprimento V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Realmente, nós temos que reconhecer o papel do Líder do Governo, o Senador Romero Jucá, que foi um papel importante no processo, porque, como nós colocamos aqui, nem eu nem V. Ex^a, nenhum de nós temos nada, nenhum problema com nenhum dos dois ministros que nós estávamos indiciando. Estávamos indiciando simplesmente por responsabilização dos fatos.

Como nós temos um Ministério Público muito atuante neste Brasil, esse relatório, além de ser encaminhado a todos os 513 Deputados do Brasil, Federais, a todos os 81 Senadores – então, os 594 Parlamentares federais receberão este relatório –, nós o encaminharemos ao Ministério Público, encaminharemos ao STF, encaminharemos a todos os tribunais superiores deste País, e encaminharemos também a cada câmara de vereador, a cada assembleia legislativa, para que cada uma possa ter pelo menos um exemplar e possa conhecê-lo.

Além disso, esse relatório já está disponível, em nível magnético, na minha página: www.senadorheliojose.com.br, tenho certeza de que na página de V. Ex^a, e também na página da CPI. Pode entrar na página do Senado Federal, "CPI da Previdência", e você vai achar lá no *site* o relatório da CPI da Previdência completo, para que possa lê-lo, conhecê-lo na plenitude. Quem não conseguir acessar lá, entre na minha página: www.senadorheliojose.com.br.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como disse V. Ex^a, na nossa página também.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Na página do Senador Paulo Paim. Qual o endereço da página de V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só muda o nome. Pode-se dizer que é tudo igual, só muda o nome: em vez de ser heliojose é paulopaim.



O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – É www.senadorpaulopaim.com.br.

Então, ao adentrar uma dessas páginas, terão acesso ao relatório completo, conhecerão a verdade sobre a CPI da Previdência, porque há uma coisa: eu, o Senador Paulo Paim e toda a Comissão fizemos o compromisso de que não iríamos tergiversar em falar a verdade, em cumprir a verdade, para que o povo brasileiro pudesse saber, de fato, o que estava ocorrendo na Previdência Social: a verdade das contas. Isso porque são tantas pessoas... Um fala isso, outro fala aquilo, então vamos pegar as coisas reais e colocar no papel. Foi o que nós fizemos.

E, além de ouvir a OAB, a CNBB, nós ouvimos uma série de professores, catedráticos, pesquisadores, diretores do Ipea, diretores de vários órgãos, demógrafos, cálculos atuários, professores de alto gabarito, para poder dizer... Porque tanto eu quanto o Senador Paulo Paim...

Eu sou um engenheiro eletricista, sou do setor cartesiano, do setor da construção, da eletricidade. O Senador Paulo Paim é um sociólogo da vida, uma pessoa que vive a vida, uma pessoa que vem do seio de luta da classe operária, que vem lá dos nossos metalúrgicos de Canoas.

Quero mandar um abraço ao nosso amigo Jairo Jorge, Prefeito de Canoas por duas oportunidades, e para aquela população toda que tem, no Senador Paulo Paim, um verdadeiro ídolo e que o traz permanentemente para aqui. Mando um abraço para toda a região do Sinos, para toda a região da Grande Porto Alegre, notadamente para a cidade de Canoas, de onde Paulo Paim, como sindicalista, como membro do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, despontou para o Brasil inteiro, indo para a Central Única dos Trabalhadores, sendo, por diversas vezes, dirigente nacional da CUT, a Central Única dos Trabalhadores, e construindo um partido. Igual a mim: eu passei 30 anos também na construção do Partido dos Trabalhadores, e fizemos toda uma luta em prol de um Brasil melhor, de um Brasil mais digno.

E aí, Senador Paulo Paim, a gente trouxe essas altas autoridades, do mais alto gabarito, para juntar a proposta de todos, inclusive tudo por escrito. Não fizemos nada só no blá-blá-blá. Todas as perguntas foram feitas escritas e todas as respostas foram recebidas escritas, além daquelas colocadas no plenário da CPI. Constan nos anexos do relatório da CPI todo esse calhamaço de pergunta e resposta, para que nós conheçamos as posições de cada um deste País.

O senhor, por exemplo, teve a oportunidade, em nosso nome, da CPI, de fazer uma diligência importante no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A que V. Ex^a não pôde ir, mas colocou à nossa disposição toda a sua Assessoria, que foi junto a São Paulo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Foi junto a São Paulo. E lá nós pudemos compreender uma questão fundamental: o Sinprofaz, Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, reclama exatamente da falta de pessoal, da falta de condição para que o Estado, para que o servidor público possa processar e fazer os pagadores pagarem o que devem à Previdência.

V. Ex^a conheceu de perto a situação de um setor em que há as maiores dívidas contra a Previdência, que o Governo, em vez de querer equipar, fortalecer, quer destruir, quer é desmontar. Para beneficiar quem? Quem, pessoal, brasileiros? Para beneficiar o mau pagador.

Então, é esse o tipo de ação, porque, no ano que vem, nós precisamos ter um cidadão para elegermos Presidente da República, que tenha compromisso com o Brasil, que tenha compromisso com a cidadania. E, por isso, eu, sinceramente... Não é porque V. Ex^a está presidindo. O senhor sabe



da minha simpatia, porque V. Ex^a, que tem uma ficha corrida nessa Casa, foi da primeira Bancada do Partido dos Trabalhadores; permaneceu Deputado Federal aqui por três mandatos seguidos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quatro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... quatro mandatos seguidos; depois, veio ser Senador desta Casa; está concluindo o segundo mandato – ou seja, 16 anos como Senador nesta Casa... Sempre com a ficha íntegra, sem nenhum processo de corrupção, de acusação de coisas erradas.

Então, V. Ex^a encarna o perfil ideal que o Brasil precisa ter para colocar na Presidência da República. Eu tenho trabalhado muito para que V. Ex^a... Inclusive eu, que sou agora, aqui, nesta Casa, o Líder do Partido Republicano da Ordem Social, o PROS, um partido novo, um partido limpo, livre das amarras da corrupção, estou convidando V. Ex^a.

Inclusive, hoje, uma hora da tarde, se V. Ex^a puder, nós vamos conhecer a sede nacional do PROS, vamos conhecer toda a estrutura, porque esse Partido estaria à disposição de V. Ex^a, caso V. Ex^a consiga autorização dos seus eleitores do Rio Grande do Sul para ir a essa cruzada à disposição do Brasil, de termos um candidato à Presidência da República probo, íntegro, que possa ter o apoio do centro, da direita, da esquerda, de todas as pessoas de bem deste País, das pessoas que são servidores públicos e não servidores públicos, do aposentado, da dona de casa, da pessoa simples, daquela pessoa que está morrendo de fome e que precisa ter um candidato a Presidente da República que não esteja envolvido com nenhum tipo de acusação ou de processo.

Temos várias pessoas que poderiam, mas V. Ex^a está no ápice nessa sexta, e eu, sinceramente, torço muito para que seus eleitores do Rio Grande do Sul o convençam disso, porque eu sei que V. Ex^a tem uma reeleição garantida para o Senado Federal, e não é fácil deixar de vir defender o Estado do Rio Grande do Sul aqui, como vocês tão bem defendem, para ir para uma cruzada nacional como um todo.

Mas V. Ex^a tem todo o preparo, todo o conhecimento, é uma pessoa que tem a formação e, o mais importante, a vivência, o conhecimento do dia a dia, o calo na mão, de poder saber, e a mão limpa, de poder vir e falar: "Eu posso muito bem encarnar o Programa de Integração Nacional", uma frente ampla em que os sindicatos, em que as associações, em que as grandes entidades, as corporações lícitas deste País poderiam se juntar, seja a corporação patronal, seja a corporação do trabalhador, seja a corporação da sociedade civil, sejam todas as entidades, os sindicatos e todo mundo, poderiam ter um candidato para falarem: "Esse eu posso apoiar, porque esse tem proposta, esse tem história, esse tem ficha limpa, esse realmente trabalha em prol do Brasil, em prol da dignidade humana, e não trabalha com demagogia, com conversa fiada, com telhado de vidro, falando que vai distribuir arma para as pessoas. Não trabalha com proposta fácil e barata, de ficar defendendo o retrocesso de haver ditadura militar em nosso País".

Nós precisamos ter um País democrático, que respeite as instituições, onde o povo brasileiro, onde as mulheres, onde as minorias, onde as pessoas possam se representar e possam se sentir representadas, com respeito, com dignidade, sem mentira, com o caráter que o povo brasileiro precisa ter e ir votar no dia 7 de outubro de 2018.

Então, é, nesse sonho suprapartidário, é, nesse sonho amplo, que eu quero poder navegar e poder ir a todos os eleitores de Brasília, que é a minha cidade, ou aos eleitores do Brasil e poder dizer: aqui está uma chapa limpa, uma chapa que realmente possa ser votada porque não tem



demagogia e conversa fiada contra o povo não, entendeu, Senador Paulo Paim? Então, é muito importante que a gente trabalhe nessa linha.

Eu gostaria, eu já estou na quarta sessão aqui, de tentar ler o final do relatório. Eu parei, na última sessão, na p. 24. Eu vou tentar chegar até o fim dessa leitura e depois, Senador Paulo Paim, eu, por ter tido que priorizar o relatório da previdência social, não pude fazer a justa homenagem à minha categoria, à minha classe, que são os servidores públicos, tão prejudicados, tão massacrados, tão perseguidos, inclusive, agora com medidas provisórias, mais uma vez, antipatrióticas, querendo tirar o dinheiro do servidor público.

Eu quero ler aqui uma pequena homenagem aos nossos servidores públicos e falar da situação da privatização da Eletrobras. Tudo isso eu tive que deixar para ler o nosso relatório da Previdência. E vou tentar aqui agora, nesse breve momento, tentar concluir esse relatório, a partir da p. 24.

Eu estava lá na 24ª página, depois de toda essa questão, e falamos aqui sobre a extinção do Refis na sua concepção atual. Então, a CPI, Senador Paulo Paim, também definiu que esses favores que o Governo faz com dinheiro alheio, com dinheiro que prejudica, que tira da comida do deficiente, do LOAS, ou que tira da comida de um aposentado, do remédio que o aposentado precisa, fazendo Refis e presente para os não pagadores da Previdência Social. Então, defendíamos a extinção do Refis na sua atual concepção.

Ninguém está livre de problemas financeiros que resultem na suspensão temporária ou permanente do pagamento de tributos. Todavia, no Brasil, o parcelamento e reparcélamento de dívidas tributárias, o Refis, com perdão de multas, juros e correção monetária e encargos legais, tornou-se algo recorrente, mesmo em períodos de prosperidade econômica. E essa prática tem se tornado uma constante, fazendo crer que dela muitos contribuintes têm se utilizado de forma deliberada, com política administrativa de planejamento tributário em prejuízo da seguridade social.

Como nos últimos tempos, a cada intervalo de três ou quatro anos, Senador Paim, o Congresso Nacional coloca em pauta matéria legislativa com esse objetivo, desconfia-se que muitos contribuintes resolvam simplesmente suspender total ou parcialmente o recolhimento obrigatório de seus tributos, confiando que poderão saudá-los em condições mais vantajosas e com generosos parcelamentos em momento oportuno, mais adequado a seus interesses, que evidentemente não são os da sociedade e muito menos o da seguridade social.

A dívida ativa de natureza previdenciária, segundo informação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – quem está falando aqui não sou eu nem o Paim, é a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) –, seria capaz de suportar, só ela, a necessidade adicional de financiamento das despesas previdenciárias de três orçamentos seguidos da seguridade social, pois, segundo a PGFN, essa dívida ultrapassa a casa dos R\$460 bilhões, enquanto as contas erradas do Governo falam em R\$150 bilhões de déficit.

Embora este Congresso Nacional, Senador Paulo Paim, tenha aprovado um novo Refis neste ano, derivado da Medida Provisória 783, de 2017, está claro que esta prática é perniciosa e representa um estímulo à sonegação e à livre concorrência, pois, além de sonegarem tributos, promovem concorrência desleal com os contribuintes que pagam em dia a Previdência Social.

O relatório desta CIPREV defende uma legislação de caráter permanente e ordinário que contemple as situações realmente justificáveis de suspensão do pagamento dos tributos, para que possam acessar, em condições mais favoráveis, o pagamento parcelado de tributos não recolhidos.



A legislação que é generosa em conceder o perdão de dívidas e oferecer parcelamentos benevolentes aos sonegadores da seguridade social não pode pretender ser rigorosa com o corte da despesa de benefícios dos miseráveis e dos trabalhadores, aposentados e pensionistas deste País. Seria o fim da República, tamanho o contrassenso, Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão.

Outras questões que a CPI da verdade apontou: fraudes e erros no pagamento dos benefícios. Esta CIPREV, a partir do relatório de autoridades do Governo, do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Polícia Federal e do INSS, e de depoimentos recolhidos, constatou que a gestão administrativa para concessão e manutenção de benefícios da Previdência Social está sujeita a fraudes e erros que impactam negativamente nas contas do Regime Geral da Previdência Social.

Na maioria dos casos, os crimes não são praticados por segurados comuns, mas por quadrilhas, Sr. Presidente, que vêm se especializando em fraudar a Previdência Social. Então, o que o Governo precisava fazer era combater essas quadrilhas e não querer tirar o pão do trabalhador que ganha um salário mínimo que mal dá para a subsistência, Sr. Presidente. Então, é isso que a nossa CPI indicou.

Nesse sentido, a relatoria dessa CIPREV recomenda aos órgãos competentes a estruturação de uma estratégia permanente e integrada de combate às fraudes e de combate a crimes contra a Previdência Social, nos moldes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), assim como a adoção de mecanismos de verificação e revisão periódica de benefícios, respeitando sempre o sagrado direito do segurado à ampla defesa e ao devido processo legal.

Ninguém da nossa CPI apontou que se faça nenhum tipo de atitude ilegal. Os nossos apontamentos todos foram dentro da legalidade. Na letra j, apontamos a reestruturação das auditorias fiscais da PGFN e dos serviços do INSS.

Relatos colhidos por essa CPI demonstram que a Administração Pública Federal, em que pesem as contingências orçamentárias atuais, precisa apoiar as estruturas de arrecadação, de cobrança da dívida ativa e de representação de serviços aos segmentos do Regime Geral da Previdência Social. Tais estruturas vêm sofrendo com o contingenciamento de recursos, que prejudica a arrecadação de contribuições sociais. O objetivo deveria ser exatamente o inverso, com o fortalecimento das fiscalizações, a autuação dos sonegadores e maior eficácia na cobrança da dívida ativa, porque, assim fazendo, o Governo teria dinheiro para cobrir todo e qualquer possível rombo e ainda para poder investir e aplicar na reestruturação das carreiras públicas federais que cuidam da previdência.

Então, é tão fácil, Paim, querer governar com dignidade. É por isso que eu falo que nós temos que unir esforços para fazer uma cesta de bons candidatos, suprapartidários, uma frente ampla para propor ao País para que se vote num candidato a Presidente da República que esteja compromissado com uma coisa: com a Nação, com o fim da corrupção, com o fim das coisas erradas e que defenda o povo brasileiro.

O grande contingente de servidores do INSS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil que poderá, em curto prazo, deixar ao serviço ativo demanda do Poder Executivo, uma estratégia que permita não somente que haja reposição desses servidores e importe aumento de despesa com pessoal excepcionalizada, inclusive pela Emenda Constitucional 95, a emenda do teto, com que haja a adequada transmissão de conhecimento e experiências. Assim, as instituições preservarão o conhecimento acumulativo e evitarão a perda da memória administrativa em relação às questões da Previdência Social, Senador Paulo Paim.



Por outro lado, o Poder Executivo deve intensificar o uso de tecnologias de informação e inteligência na fiscalização tributária, de forma a aumentar a produtividade e a eficiência do Fisco e ampliar os quantitativos de auditores fiscais dedicados à arrecadação da seguridade social, dado o caráter essencial e estratégico dessas receitas para o equilíbrio fiscal do Orçamento da União.

Então, em vez de ficar usando o dinheiro público para fazer presente para empresários maus pagadores... Que fosse para presentear, Senador Paulo Paim, empresários bons pagadores, até ia lá, está privilegiando aqueles que têm pago rigorosamente suas atribuições. Agora, presente para quem não paga, para quem já faz malandragem, rotineiramente vai lá, faz o parcelamento, paga a primeira parcela, depois fica sem pagar todas as outras, esperando o próximo Refis? Aí não dá para aceitarmos.

Em virtude disso, esta relatoria sugere que a CPI recomende ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao INSS, o levantamento dos cargos efetivos vagos relativos aos servidores do INSS, relativos aos auditores fiscais do trabalho e da Receita Federal do Brasil, relativo a procuradores da Fazenda Nacional, a fim de que seja fixada uma estratégia para a mais rápida reposição desses servidores. É em prol da arrecadação das contribuições sociais devidas à seguridade social e da melhor prestação de serviços aos segurados do Regime Geral da Previdência. Outro ponto indicado é a necessária cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, Senador Paulo Paim.

Ao lado do fortalecimento das instituições voltadas à fiscalização de tributos e à execução da dívida ativa tributária, impõe-se a modernização e atualização da própria legislação que rege essa execução fiscal, tema que foi objetivo da análise do Consultor Legislativo do Senado Federal Sr. Pedro Fernando Nery, Documento 247, e pelo Presidente do Sinprofaz, Sr. Achilles Linhares de Campos Frias, Documento 254, em resposta a questionamento desta relatoria.

A reforma da lei de execução fiscal foi proposta ao Congresso Nacional em 2009, Sr. Presidente, quando do encaminhamento, pelo Presidente da República, do Projeto de Lei 5.080, de 2009 – portanto, há mais de sete anos –, que dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública e dá outras providências, o qual atualiza e moderniza a execução fiscal regulada pela Lei 6.830, de 1980, permitindo a aceleração dos trâmites administrativos e judiciais.

Eu pergunto a V. Ex^a: até agora essa lei foi analisada e aprovada? Não! Por quê? Porque o Governo nunca pediu urgência, porque o Governo nunca pediu empenho de seus Líderes aqui na Casa, para poder pôr para frente essa lei que arroxa, muda a legislação e faz com que os não pagadores paguem à Previdência Social. Precisamos mudar isso, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E V. Ex^a me permite um rápido...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É claro que eu concordo plenamente com o seu ponto de vista, expresso com muita competência no relatório. O que nós percebemos lá foi isto: os empresários que pagam em dia todos os seus tributos e impostos se sentem lesados, porque a mercadoria daquele que não paga vira uma concorrência desleal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque ela chega com um preço até menor que o dele ao mercado, e ele perde a concorrência.



O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, como V. Ex^a usou o termo – e eu uso também –, o malandro fica sempre dizendo: "Devo, não nego, não pago, estou discutindo na Justiça, estou esperando o novo Refis, em que pago mês a mês, depois não pago, vou e renegocio." E o outro que é sério se vê lesado. Eles estiveram lá, conversando comigo e com V. Ex^a, e pediram rigidez. Por isso, V. Ex^a corretamente, com o apoio de todos os Senadores, incluiu essa proposta no seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com certeza, Senador Paulo Paim. Nós não podemos privilegiar os malandros em detrimento de quem é bom pagador. Isso é um absurdo, isso é um contrassenso.

Havendo, assim, proposta em tramitação no Legislativo, cujo conteúdo resulta de estudos realizados por equipes técnicas qualificadas e com o assessoramento de juristas, caberia à Câmara dos Deputados – que é onde está essa proposição – proceder ao exame da matéria, em regime de urgência, para que esta Casa, o Senado Federal, possa então se manifestar. Assim, poderíamos aprovar essa legislação, a Lei 5.080, e melhorar essa questão.

Dessa forma, consideramos necessário que esta CPI encaminhe ao Ministro Chefe da Casa Civil – e assim estamos fazendo – a recomendação de que seja examinada a possibilidade de que o Chefe do Poder Executivo requeira a urgência constitucional para a tramitação do Projeto de Lei nº 5.080, de 2009.

Nobre Ministro Padilha, você, que é o Ministro da Casa Civil, por favor, peça a urgência da tramitação deste PL 5.080, de 2009, porque, procedendo assim, V. Ex^a estará contribuindo para colaborar para que os devedores paguem à Previdência, em vez de ficar beneficiando aquelas pessoas que muitas vezes fazem é sonegar a Previdência Social.

Então, o Chefe do Poder Executivo deve requerer a urgência constitucional para a tramitação do PL nº 5.080, de 2009, a fim de que a tramitação da matéria seja acelerada, e a Câmara dos Deputados conclua o seu exame.

Outra questão importante, Senador Paulo Paim: apontou-se a decadência dos débitos originados por contribuições sociais. Como é que a gente relata isso?

A Lei nº 8.212, de 1991, estabeleceu, nos seus arts. 45 e 46, que o prazo de decadência dos débitos originários das contribuições da seguridade social era de dez anos. E é disso que se aproveita o mau pagador. Passaram-se 10 anos, decaiu, não precisa mais pagar. É isso que devemos evitar.

Entretanto, o Código Tributário Nacional estabelece no art. 173 o prazo decadencial de cinco anos para os créditos de natureza tributária – isso é mais grave ainda! Além disso, o parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569, de 1977, tratava da suspensão da contagem do prazo prescricional para as causas de pequeno valor referente às execuções fiscais e créditos tributários.

A alegação era de que o referido decreto-lei seria de natureza processual, e assim sua matéria não estaria sob a reserva de lei complementar. Em face desta dicotomia legal, o STF, em sessão plenária de 11 de junho de 2008 deliberou por negar provimento aos Recursos Extraordinários nº 556664, 559882, 559943 e 560626, que declararam inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei 8.212, de 1991, Sr. Presidente, reconhecendo que apenas lei complementar pode dispor sobre normas gerais em matéria tributária.



A inconstitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal originou a Súmula Vinculante nº 08 que dispõe:

São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569, de 1977, e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212, de 1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.

Assim, na sistemática atual, após o transcurso de cinco anos – porque está no Código Tributário Nacional – estão prescritos os créditos de natureza tributária originados pelo não pagamento de contribuições sociais devidas à seguridade social. Isto é lamentável, Senador Paulo Paim: que com apenas cinco anos o malandro consiga escapar. E nós não podemos deixar isso continuar acontecendo. Por isso é que nós fazemos uma série de recomendações, no final desta CPI, que precisam ser encaminhada aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para destaque, para quem está nos assistindo, quero dizer que pelo Whatsapp muita gente está elogiando o relatório, cumprimentando o trabalho da CPI e, naturalmente, o seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a é muito firme no encerramento, acabando com essa picaretagem dos cinco anos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que seja pelo menos o mesmo tempo que cada trabalhador tem de carência para pagar. No caso, atualmente são 5 anos, mas eles querem jogar para 25. Se jogarem para 25, que sejam 25. Mas, pelo menos que não sejam 5, mas que sejam 15 anos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exatamente, porque dessa forma a Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Equilíbrio...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ...poderia ter condições de ter equilíbrio e garantir que os maus devedores paguem.

Os artigos da Lei nº 8.212, de 1991, mesmo se fossem restabelecidos pela via de lei complementar, não seriam mais contemporâneos.

A cobrança da dívida ativa da seguridade social deve estar em harmonia com o prazo de carência estabelecido para a concessão dos benefícios de prestação continuada de aposentadoria do RGPS, sob pena de subtração de receitas que compõem o salário de contribuição do segurado.

A CPI defende, portanto, que seja imediatamente corrigida esta distorção, para que a lei complementar harmonize o prazo de prescrição e decadência desses créditos com o prazo de carência definido para concessão do benefício de aposentadoria pelo RGPS, que atualmente é de 15 anos, conforme V. Ex^a acabou de manifestar.

Letra "m": classificação dos créditos tributários em discussão na órbita administrativa e judicial

Durante os trabalhos da CPI ficou demonstrada a dificuldade de se aferir com precisão os processos administrativos e judiciais que envolvem a discussão de passivos tributários originados pelo não pagamento de contribuições sociais devidas pela seguridade social.



Nesse sentido foram as respostas a requerimentos destinados aos Tribunais Regionais Federais (TRFs).

Assim, Senador Paulo Paim, recomenda a relatoria desta CPI aos órgãos do Poder Judiciário que, na distribuição dos feitos judiciais relativos às execuções fiscais, seja procedida a classificação da espécie de tributo e do valor executado, de tal forma que essas informações possam servir de orientação à formulação de políticas tanto por parte do Poder Executivo como de medidas legislativas que possam ser adotadas pelo Poder Legislativo, e de outras medidas a cargo do Poder Judiciário.

Da mesma forma, recomenda-se que o Secretário da Receita Federal do Brasil promova as adequações e os procedimentos administrativos necessários no âmbito do processo administrativo fiscal, para o cumprimento desse intento, assim como a Procuradoria da Fazenda Nacional se esforce para assim proceder.

Na letra "n": indicamos o aparelhamento e o fortalecimento dos órgãos responsáveis pelo processo administrativo fiscal.

A falta de estrutura adequada nos órgãos de julgamento dos recursos em processo administrativo fiscal, Senador Paim, implica postergar decisão administrativa que impacta na arrecadação de contribuições sociais.

Em auditoria conjunta realizada pelo TCU e pela CGU (Processo TC 011.645/2015-6), ficou demonstrada a precariedade e a falta de transparência com que os processos administrativos fiscais são tramitados e julgados naquele órgão administrativo, que envolvem valores de R\$567,9 bilhões, distribuídos em 118.324 processos – isso é a posição em outubro de 2015.

Vou falar de novo, Senador Paulo Paim, para o Brasil poder saber: em auditoria do TCU e da CGU, indicaram nos órgãos administrativos dívidas envolvendo R\$567,9 bilhões, distribuídos em 118.324 processos.

Quer dizer, isso é um absurdo!

No ritmo atual, segundo o relatório, o Carf – que é o órgão de julgamento dos processos administrativos – levaria 77 anos para julgar todo o estoque de recursos caso novos processos não fossem apresentados para sua análise.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Lembramos, Senador Paulo Paim, que o processo administrativo fiscal implica a suspensão da exigibilidade dos tributos até o desenlace administrativo final com o julgamento do caso pelo Carf. Mas não é só isso, pois o fim do processo administrativo fiscal implica, via de regra, o início do contencioso judicial, que leva mais um longo período para ter solução definitiva.

Tal expediente, Sr. Presidente, na forma como está previsto atualmente em nossa legislação, é um estímulo à sonegação e representa a subtração de importantes recursos à seguridade social. Então, temos que mudar urgentemente a estrutura do Carf, precisamos ter celeridade e precisamos de um mutirão para julgar essas ações administrativas.

Recomenda-se ao TCU, ao Ministro da Fazenda e à Secretaria da Receita Federal do Brasil que em caráter emergencial reforcem a estrutura desses órgãos e promovam mutirões para o julgamento de todos os recursos administrativos que envolvam contribuições sociais até o fim do ano de 2018,



além de implementarem imediatamente as determinações contidas no Acórdão nº 1076/2016-TCU-Plenário.

Então, Senador Paulo Paim, em vez de tirar do que não tem, em vez de tirar o pão de quem não tem pão, o que se tinha de fazer era uma gestão administrativa correta e fazer o grande sonegador pagar o que deve à Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um segundo, até para o senhor dar uma respirada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estão elogiando aqui a leitura do relatório e a forma didática. Como na CPI eram quase 300 páginas, V. Ex^a tinha de acelerar a leitura.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vieram cumprimentá-lo. Aqui, V. Ex^a conseguiu fazer um resumo, de forma compassada, e os elogios estão chegando aqui.

Mas, com essa história do Carf, eu me lembrei daqueles R\$25 bilhões de anistia para o Itaú.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato. Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com que cara dão anistia para um banco – não tenho nada contra o banco...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Logo o que mais lucra no Brasil, que é o Banco Itaú.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...de R\$25 bi, e querem tirar o direito de o trabalhador se aposentar? É brincadeira.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Por fim, nobre Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, nobres Senadores e Senadoras, e nobres ouvintes do Brasil afora, foram apresentadas as proposições legislativas sugeridas por esta CPI, uma série de proposições.

A primeira proposição legislativa que a gente apresentou foi o Projeto de Lei do Senado de autoria da CPI para alterar os arts. 15 e 22 da Lei nº 8.212, de 1991, regulamentando o disposto no art. 7º, inciso XXVIII, e art. 94, parágrafo único, inciso V, da Constituição, aliás, Capítulo V da Constituição, e permitindo a busca do pleno emprego (art. 170, inciso VIII) e a redução da informalidade.

Essa é uma das proposições importantes que a CPI indica. Precisamos reduzir a informalidade. As pessoas que fazem o comércio no nosso País precisam pagar impostos, precisam ajudar a contribuir para que elas possam ter a sua carteira assinada, ter seus direitos preservados, e nós possamos também contribuir com o caixa da Previdência. Então isso tudo precisa ser organizado.

Uma outra proposta de emenda à Constituição – e essa sim uma PEC do bem, PEC da Cidadania, e não uma PEC antipovo, uma PEC anticidadeania igual à PEC 287, que está na Câmara dos Deputados –, uma outra PEC que a CPI recomenda, é para alterar, Senador Paulo Paim e nossos ouvintes, os arts. 114 e 195 da Constituição brasileira, dispondo sobre a competência da Justiça do Trabalho para a execução de ofício das contribuições previdenciárias incidentes sobre verbas remuneratórias pagas sem o pertinente recolhimento mesmo quando os vínculos somente



sejam reconhecidos e declarados na sentença, para que seja fato gerador das contribuições previdenciárias a mera prestação de trabalho remunerado (remunerações "devidas" – entre aspas), para impor a obrigatoriedade de registro das contribuições previdenciárias atinentes ao trabalhador assim que a sentença homologatória do cálculo de liquidação dessas mesmas contribuições não mais comporte questionamento. Então nós estamos propondo uma PEC para garantir que as contribuições sejam recolhidas – de todas aquelas causas trabalhistas que ocorrem normalmente.

Propomos também, Senador Paulo Paim – por isso é que a nossa CPI é propositiva –, uma outra emenda constitucional cidadã para inserir o art. 76-A no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a não aplicação da DRU (Desvinculação das Receitas da União), de que trata o art. 76, às receitas da Seguridade Social, para inserir o novo artigo 195-A, dispondo sobre o Conselho Nacional da Seguridade Social, e a compensação de renúncias fiscais de receita da seguridade social, e para alterar o art. 195 da Constituição, dispondo sobre a decadência e a prescrição das contribuições sociais de que trata o art. 195, inciso I e inciso II.

Dessa forma, Senador Paulo Paim, nós faremos com que os não pagadores paguem à previdência. E nós precisamos que os nossos pares desta Casa assinem conosco essa PEC, que é a PEC da CPI, que não é uma PEC minha nem do senhor, mas a PEC que é fruto do relatório, para que aperfeiçoemos, de forma cidadã, de forma didática, de forma brasileira e compromissada com o nosso povo, a nossa Constituição, para garantir que a previdência seja superavitária a vida inteira e que possa todo trabalhador ter um futuro com uma aposentadoria segura, não com uma aposentadoria que... Passa governo, entra governo, e vem sempre querer acusar que a previdência é deficitária. Mas ela não é deficitária, desde que se cumpra a questão da lei, do art. 195 da seguridade social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, me permita também complementar, como combinamos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois não, Senador Paim. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não faria mais do que em um minuto os apartes, o que permite que V. Ex^a avance mais num segundo momento.

Efetivamente, eu nem vou falar aqui das dívidas anteriores à Assembleia Nacional Constituinte. É bom lembrar que o número que vou dar aqui somente é do processo constituinte para frente e é sobre todo o superávit que teria havido nesse período, se tivessem arrecadado de forma correta, sem ficar dando anistia, Refis, negociação – e não se pagam juros, não se pagam multas, não se paga nada. Haveria um fundo na seguridade social que, segundo aquele Procurador de São Paulo, poderia chegar – está escrito aí no relatório da CPI...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Está escrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a R\$7 trilhões.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Haveria esse fundo, mas dava superávit, não arrecadavam tudo que tinha que ser arrecadado para a previdência, e o superávit ainda era desviado. Aí não dá mesmo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exatamente.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, V. Ex^a está colocando as coisas no devido lugar. Como diz o outro, está botando no caminho correto, de tal forma que, se cumprissem – e V. Ex^a já resgatou esta informação – o que manda a Constituição, o fundo que haveria hoje – pasmem os senhores – poderia chegar a R\$7 trilhões. Mas claro que não há. E muitas prefeituras também fazem: arrecadam – os Governos de Estado também fazem –, metem a mão no fundo do trabalhador para outras finalidades. Daí só pode dar problema.

A CPI está colocando tudo no seu devido lugar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – É isso mesmo. Gostaria de incorporar o aparte, Senador Paulo Paim, e de dizer que, além das três PECs, a CPI apresenta também dois projetos de lei como proposta.

Um projeto de lei é o que põe no devido lugar o valor do teto da Previdência Social. Todo mundo sabe que o valor do teto hoje é pouco mais de R\$5 mil, mas a previsão é a de que esse teto seja por volta de dez salários mínimos.

E a CPI não poderia deixar de recomendar que nós tenhamos um teto, nobres senhores pagadores da Previdência Social do País, um teto digno e real...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... que é o teto de cerca de dez salários mínimos.

A Proposta de Emenda à Constituição, de iniciativa da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador, me permita só um detalhe.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A gente vai aqui trabalhando com o tempo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma sexta-feira pela manhã...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e este é um momento de debate.

Quando alguns viram esta história dos dez salários mínimos, ficaram sem entender. É simplesmente respeitando o que manda a Constituição...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque é o princípio... Ninguém fez Emenda à Constituição para mudar isso e nem essa proposta deles teve a ousadia de fazer.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois é. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se é até dez, até dez as pessoas vão pagar. Se pagou sobre dois, vai se aposentar com dois.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com dois.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se pagou sobre cinco, é com cinco salários mínimos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Vão pagar sobre cinco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se pagou sobre dez, tem que se aposentar com dez.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Vai ser taxado sobre 10.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só isso o que nós estamos dizendo aí, nenhuma vírgula, não se está dando nenhum benefício além daquilo que está no princípio constitucional. E, para acima disso, aí, é um fundo complementar, por que cada um pode optar, inclusive, pelo Funpresp, dos servidores públicos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exatamente, dos servidores públicos.

Então, Senador Paulo Paim, o projeto de lei que a CPI propõe é para inserir e dispor sobre o limite máximo de benefícios do Regime Geral da Previdência Social, de que trata o art. 201, da Constituição, e seu reajustamento, fixando-o em R\$9.370, porque a Constituição diz "até dez salários mínimos". Ninguém está falando que o servidor público que não contribuiu sobre o valor vai receber R\$9.370 como teto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. E da área privada também não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois é.

Então, tanto o servidor público, quanto o da área privada, porque agora todos se aposentam de forma igual, pelo teto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Importante isso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... poderão contribuir até dez salários mínimos, ou seja, R\$9.370, que é, nos cálculos de hoje, o valor que deveria ser o novo teto de contribuição à Previdência Social.

Isso vai aumentar o caixa com a contribuição e vai propiciar que milhares de servidores e trabalhadores possam pagar até dez salários mínimos e terem, portanto, uma aposentadoria um pouco melhor, menos draconiana, no seu futuro.

Então, por isso que a gente propõe esse cumprimento da Constituição brasileira.

Além disso, Senador Paulo Paim, a CPI propõe um projeto de lei para alterar a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal, para aumentar as penas e eliminar, no caso de pagamento do tributo devido, a possibilidade de extinção da punibilidade dos crimes contra a ordem tributária e para criar causa de redução de pena.

Então, quer dizer, Senador Paulo Paim, a gente está procurando também apertar o cerco àqueles que são os devedores da previdência, porque precisamos, realmente, ter uma legislação mais dura, para que eles não continuem devendo à Previdência Social.

Uma proposta de emenda à Constituição de iniciativa da CPI para alterar os arts. 109, 114, 149, 167, 195 e 250, da Constituição, dispõe sobre a realização de auditoria pública da seguridade social e da dívida pública e dá outras providências.

Então, precisamos que todo o Brasil conheça uma auditoria dessa dívida para que possa julgá-la de forma adequada.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para aqueles que têm medo se os nossos números estão certos ou errados, ajudem, então, a fazer uma auditoria pública de toda a dívida. Tem, aí, a Fattorelli, com um trabalho belíssimo...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que foi inspirado um pouco no trabalho dela, a chamada Auditoria Cidadã.

Então, permitam essa auditoria. Se acham que há dúvidas sobre os nossos dados...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Vamos fazer a auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer uma auditoria de toda a dívida pública, a chamada Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Nós deixamos aí a nossa opinião também para aqueles que têm dúvida.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com certeza. E esse trabalho da Fattorelli é elogioso. Ela foi uma das pessoas que esteve na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esteve lá. Esse pedido foi dela, inclusive. Eu me lembro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Perfeito! Trata-se de uma auditora fiscal com uma formação muito boa.

Quero cumprimentar as nossas visitas, dizer que estamos concluindo aqui o relatório da CPI da Previdência, colocando exatamente a importância da previdência cidadã, a importância de termos uma Casa que trabalhe em prol do cidadão.

Quem está falando com vocês aqui sou eu, o Senador Hélio José, do Distrito Federal, e quem está presidindo a sessão é o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, o Presidente da República, pelo menos, dos meus sonhos e creio que dos sonhos de vários brasileiros.

Nós apresentamos também, nobre Senador Paulo Paim, requerimento de iniciativa da CPI da Previdência, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, para que o Tribunal de Contas da União execute inspeção sobre a validade e a adequação do modelo de formas atuariais adotadas pelo Poder Executivo para o cumprimento do dispositivo do art. 4º, §2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Por que fizemos esse requerimento? Porque o Brasil inteiro viu que as contas apresentadas pelo Governo para justificar a PEC da morte, a PEC 287, a PEC antipovo, a PEC anticidadã que está na Câmara dos Deputados, são contas falsas, como a CPI comprovou.

Volto a falar, Brasil: são contas falsas, como a CPI está demonstrando, para mentir para a população brasileira. E nós, Senadores da República, não podemos, de forma nenhuma, ser coniventes com esse tipo de situação. E, por causa dessas contas falsas, volto a falar, é que pedimos o indiciamento do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e abrimos mão desse indiciamento por causa do acordo para aprovar, por unanimidade, esse relatório que aponta exatamente as contas falsas, fraudulentas, pois somaram contas que não podem ser somadas, descumprindo a Constituição brasileira para mentir, amedrontar e assombrar o povo brasileiro com a questão de déficit da Previdência Social. Nós não podemos admitir esse tipo de atitude e temos que ser contra, ser propositivos e compromissados com a verdade, igual somos com a nossa CPI, Sr. Presidente.

Apresentamos também, Sr. Presidente, um projeto de lei do Senado, de iniciativa da CPI, que dispõe sobre os crimes contra a Previdência Social.



E por último, Sr. Presidente, um projeto de lei do Senado, complementar, de iniciativa da CPI, que altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, o Código Tributário Nacional, para estabelecer regras de anistia, regras de remição, regras de transação e parcelamento dos créditos tributários.

Finalmente, Sr. Presidente, depois de quatro sessões e esta sessão longínqua aqui, graças à condescendência de V. Ex^a, diante de todo o esforço, esperamos que conclusões desse trabalho de investigação parlamentar servirão de subsídios aos demais membros do Congresso Nacional, por ocasião da análise e deliberação sobre eventuais reformas a serem implementadas ao sistema, inclusive em relação à Proposta de Emenda à Constituição Federal, a PEC nº 287, de 2016, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a quem eu quero fazer um apelo para concluir.

Sr. Presidente Temer, Sr. Ministro Padilha, vamos retirar da Câmara dos Deputados a PEC da morte, a PEC 287, e vamos ler e compreender o relatório da CPI da Previdência e trazer para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados, uma proposta que atenda os jovens, que atenda o Brasil, para que atenda o futuro deste País, que tanto necessita de uma esperança, de uma luz no fim do túnel.

Para vocês, jovens que nos visitam hoje, para os jovens que nos escutam, eu volto a repetir, em 2018, no dia 7 de outubro, a menos de um ano, estamos todos convidados a ir às urnas. Vamos participar, vamos nos candidatar, vamos colocar o nome à disposição, vamos votar em ficha limpa, vamos limpar o Congresso Nacional de todos os corruptos envolvidos em corrupção. Vamos ajudar a gente a poder ter aqui Parlamentares comprometidos com o nosso Brasil, com o nosso País. Vamos votar em pessoas honestas, em pessoas íntegras, seja para presidir o Brasil, seja para governar o Estado, seja para ser Deputado Federal, seja para ser Senador, seja para ser Deputado estadual.

Nós, brasileiros, somos responsáveis por ter um Brasil novo, um Brasil da esperança, um Brasil que respeite as instituições, um Brasil que respeite estudos sérios e responsáveis, como foi esse da CPI da Previdência. Todo mundo ouviu o João, aquele menino que fez aquela declaração lá na época da esperança da primeira eleição do Presidente Lula. Eu estava ouvindo ontem o João falando, que era um jovem, uma pessoa que acreditava em um Brasil diferente, em um Brasil livre das corrupções, em um Brasil que pudesse respeitar as instituições e valorizar o nosso povo.

E é isso que nós precisamos, da nossa juventude, dos nossos universitários, dos nossos jovens das escolas, dos nossos jovens velhos que estão aí com sessenta, setenta, oitenta anos e que precisam ter uma aposentadoria digna, da nossa classe média, da nossa classe menos favorecida e também dos ricos do País, que querem uma gestão adequada. Então, toda a sociedade brasileira, precisamos fazer uma frente ampla, Senador Paulo Paim, para apresentar um candidato suprapartidário, um candidato que não esteja envolvido em corrupção, para que a gente possa votar para as próximas eleições.

E falo para vocês, jovens do Brasil, para concluir essa fala, que não seja alguém com proposta fácil de distribuir armas para a população, porque isso não resolve o problema de ninguém. Não seja alguém com telhado de vidro da corrupção antiga de querer falar que fazer ditadura militar no País vai resolver o problema para alguém.

Nós lutamos pela resistência democrática! Orgulho-me de ter sido diretor da Central Única dos Trabalhadores por cinco mandatos, de ter ajudado a construir o maior partido operário deste País, que foi o Partido dos Trabalhadores. Saí, nobre Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores,



quando, há mais de seis anos, eu tive uma audiência com o presidente José Genoino, Delúbio Soares, que era o tesoureiro, e Silvinho, e coloquei para eles. Eu era assessor do Presidente nacional dos Correios e falei: estão roubando descaradamente nos Correios e Telégrafos do Brasil, tomem suas providências.

E o nobre Sr. José Genoino, Presidente Nacional do PT, Sr. Delúbio Soares e Sr. Silvinho fizeram cara de mercador, fizeram cara de que nada estava acontecendo nos Correios. Três meses depois da minha fala, com eles foram fotografados R\$3.000 sendo passados dentro dos Correios, naquela corrupção que originou a CPI do Mensalão, em que toda aquela coisa ruim veio ao Brasil, demonstrando que os corruptos tinham que estar na cadeia e tinham que ser colocados no seu devido lugar, Senador Paulo Paim.

A partir daquele dia, eu não tinha mais condições de conviver no PT, não tinha mais condições de ser do Partido dos Trabalhadores, porque quem estava dirigindo o Partido em que eu acreditei, a que eu dei minha vida de universitário, quando eu entrei na UnB em 1978, um ano antes da fundação do PT... Ajudei a coletar assinaturas e fui às bases poder ajudar a construir o Partido, e aqueles que dirigiam o Partido não tomaram as providências para conter as corrupções. E a CPI do Mensalão, e a CPI que vem, e a Lava Jato, todo mundo demonstrando o envolvimento de alguns, enlameando aquele Partido que eu dei minha vida para construir, por 30 anos, e que o senhor deu.

Então, depois daquilo eu não podia mais conviver no Partido dos Trabalhadores. Por isso que eu mudei de legenda, Senador Paulo Paim, e hoje estou aqui, defendendo a frente suprapartidária de quem não tem processo na Justiça, de quem possa ter, de fato, condição de representar o Brasil – para concluir –, confiando em vocês, jovens, vocês, que estão aqui presentes, nos visitando, vocês jovens que nos visitam, vocês que nos ouvem, vocês que possam nos ajudar.

No ano que vem em Brasília vai ter eleição também. Eu, com certeza, estarei como pré-candidato, Senador Paulo Paim, pré-candidato a poder continuar no Congresso Nacional e poder continuar falando a verdade, poder andar de cabeça erguida, sem precisar me esconder atrás da pilastra, porque, como servidor público concursado que sou, não preciso viver da política e da corrupção para desviar recurso público. Estou aqui para poder defender e ajudar o Brasil a ter mais dignidade e clareza na política.

Eu gostaria, Senador Paulo Paim, de fazer a minha fala sobre o servidor público, mas eu gostaria de fazer uma permuta com V. Ex^a para continuarmos esse assunto da previdência, e depois eu venho aqui só para falar sobre o servidor público, que está sendo perseguido, massacrado neste Governo, inclusive com essa nova medida que ele mandou para cá, para aumentar de 11% para 14% a questão da contribuição do servidor público, tirando R\$2,2 bilhões do servidor público para suspender todos os ajustes do servidor público, para poder usar de bode expiatório o servidor público, porque todo mundo sabe que servidor público não é para dar lucro e nem para dar prejuízo. Servidor público é para fazer o equilíbrio entre o Estado e o privado, para poder atender bem o contribuinte, que é o patrão nosso, do servidor público, e fazer as coisas acontecerem de forma adequada e correta.

Então, eu acho que eu falaria esse tema *a posteriori*, para que possamos concluir os trabalhos. O que o senhor acha, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a tem todo o direito e falaria em seguida pela...



O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Liderança do PROS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Liderança do PROS.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Eu queria, antes de V. Ex^a sair da tribuna, só cumprimentar todos vocês que estão aqui neste momento. É uma alegria enorme recebê-los. Vocês podem ver que, em tese é um feriadão, mas vocês estão trabalhando, vocês vêm aqui para conhecer um pouco mais do Parlamento. E não é que eu esteja criticando os Senadores que não estão aqui, que têm também que responder nas suas bases, nos seus Estados e procurar ir a cada Município.

Mas eu quero, com muito carinho, cumprimentar os alunos do curso de Arquitetura da Faculdade Unicesumar, está certo?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Digam bem alto, para eu ouvir aqui, no microfone.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Unicesumar, agora está certo?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Qual Estado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De Maringá, no Paraná. Uma salva de palmas a vocês. *(Palmas.)*

Só complementando o que disse o Senador Hélio José, nós temos muito claro – eu já tenho 67 anos; tenho 32 anos de Parlamento; entrei na Constituinte e sou um dos poucos que está até hoje – que temos que apostar na juventude, na formação de novas lideranças, na democracia. Eu acredito muito que vocês, no futuro – por que não? –, poderão ser Deputados estaduais, federais, vereadores, prefeitos, Senadores, governadores e – por que não? – pode estar aqui alguém que pode ser Presidente da República. Porque nós temos que preparar o nosso amanhã. Podem ter certeza absoluta de que ninguém inventou no mundo um sistema melhor do que a democracia. E vocês terão que liderar essa democracia amanhã.

Palmas a vocês – não é a mim; a vocês –, à juventude brasileira! *(Palmas.)*

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Senador Paulo Paim, eu quero cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar aqui os jovens universitários lá de Maringá, uma cidade linda, que eu conheço. Lembro aquela catedral maravilhosa que há no centro da cidade, aquele parque... É uma cidade que exala alegria e essa irreverência universitária.

Parabéns a vocês! Bom passeio no Distrito Federal; que vocês possam conhecer bem nossa cidade. Eu sou Senador do Distrito Federal e quero que vocês voltem para casa comunicando a todos seus amigos, parentes e conhecidos que valeu a pena vir a Brasília, ver uma arquitetura moderna, conhecer uma cidade diferente, uma cidade de onde podemos tirar algumas lições também, sobre como pode ser no futuro cada uma das cidades. O.k.?

Muito obrigado pela visita. Parabéns a vocês!



E contem conosco. Aqui o meu gabinete é o 19 da Ala Teotônio Vilela, gabinete do Senador Hélio José. Estou aberto a qualquer pesquisa. Sou engenheiro eletricista, trabalho muito, sou Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, sou servidor público concursado do Ministério do Planejamento, trabalho muito com energias alternativas – energia solar, energia da biomassa, energia dos ventos.

O Senador Paulo Paim, que é o nosso comandante aqui da área humana, é um Senador do Rio Grande do Sul. Eu não sei qual é o gabinete do Senador Paulo Paim... Qual é o número, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É no 22º andar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – É no 22º andar da torre. E é uma pessoa também que, com certeza, estará sempre aberta a vocês. Para qualquer coisa que precisarem dos nossos gabinetes, podem contar conosco.

Muito obrigado pela visita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Convido o Senador Hélio José, que concluiu hoje a leitura do relatório da tribuna, relatório que foi aprovado por unanimidade – por unanimidade! – inclusive com a participação do Governo, de que não há déficit na Previdência, para assumir a Presidência.

Senador Hélio José, por favor.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Com a palavra o nosso nobre Senador Paulo Paim, Presidente da CPI da Previdência, pessoa que tem trabalhado de forma intransigente em prol do Brasil, em prol dos nossos cidadãos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Hélio José, como havia conversado com V. Ex^a que nós estaríamos aqui nesta sexta-feira, no chamado feriadão, para dialogar com o povo brasileiro, via sistema de comunicação do Senado, sobre a CPI da Previdência, assim o fizemos.

Eu suspendi a minha viagem – V. Ex^a tinha inúmeros outros compromissos – para falar desta CPI, porque achamos importante, porque tanto a sua rede social como a minha, as nossas redes sociais dizem: "Não, mas não é divulgado devidamente o relatório, e nós estamos assinando embaixo". Eu digo: "Olha nós vamos... Vocês entrem e assistam pela TV Senado, nesta sexta-feira, que eu e o Senador Hélio José..." E aqui cumprimento já o Presidente da Casa, que não criou nenhum obstáculo neste sentido, e cumprimento todos os funcionários do nosso Senado porque, por ser um feriadão, alguém poderia achar que não ia ter nada. Mas eles estavam aqui de plantão, iam trabalhar normalmente e ainda me diziam agora, alguns: "Olha, Senador, é importante este relato da CPI para que o Brasil saiba realmente qual é a situação".

Eu quero cumprimentar primeiro V. Ex^a, que como teve uma postura equilibrada, tranquila, sempre na linha daquilo que nós falamos, tanto eu quanto V. Ex^a e os outros Senadores: é uma CPI propositiva, que teve alguns convidados, grandes devedores, que chegaram até com *habeas corpus* na mão – lembra? –, achando que nós íamos mandar prender alguém. Nós não temos o poder de prender ninguém. Nós temos que fazer como V. Ex^a fez: encaminhar para os órgãos competentes e, se alguém tiver que responder, vai responder, baseado no trabalho brilhante, compacto e, ao mesmo tempo,



corajoso que V. Ex^a assina como Relator, mas pelo qual eu quero cumprimentar todos os Senadores e todas as entidades que estiveram lá naquela oportunidade, e que já concluímos.

Dia 6 agora, que será segunda-feira, seria o prazo limite. Então, no dia 6 nós pretendemos entregar, já começar a entregar ao Presidente do Congresso e, como V. Ex^a lembrou muito bem, a todos os Senadores e Deputados, 81 aqui e 63 lá. V. Ex^a lembra que foram 62 Senadores. A gente fala 61 – 61 assinaram e mais, naturalmente, eu e V. Ex^a, com o apoio de todas as entidades deste País. Todas as entidades apoiaram. Não houve uma entidade que tenha se manifestado contra a importância dessa CPI.

Quero cumprimentar a Consultoria do Senado, só não vou citar nomes. Poderia citar um ou outro mais próximo a mim, mas não o farei. Quero cumprimentar toda a Consultoria, porque aqueles que não estavam lá, estavam atuando em outras áreas, mas sempre contribuindo.

O relatório está sendo muito elogiado. V. Ex^a teve o cuidado de, para cada número que V. Ex^a coloca, cada dado, cada informação, cada proposta, V. Ex^a lembra no relatório: essa proposta veio da audiência número tal, tal, tal, conforme consta aqui nos documentos. E as pessoas podem se socorrer – V. Ex^a lembra muito bem – das nossas páginas, a página do Senado, que está lá o relatório da CPI; transparência absoluta. Eu vi que alguns, o que não é verdade, desculpe a expressão, deve haver um problema vinculado, eu digo problema vinculado a grandes devedores, tentam desqualificar. Isso é normal. Eu até respeito, porque na política é assim, tem que haver o contraditório.

Agora, nós estamos muito conscientes de que essa CPI entra para a história do Brasil. É a primeira CPI da Previdência que se fez e que teve início, meio e fim, porque já houve na Câmara uma, quando eu estava lá, mas fizeram ela morrer na metade – essa não. Pelo contrário, foram quatro meses, depois mais dois meses.

O custo foi insignificante. Nós tínhamos R\$150 mil para gastar em quatro meses, depois mais dois e não gastamos nem a metade disso, ou gastamos acho que um terço disso; não chegou a um terço. E devolvemos para a Casa o restante.

Eu acho que a Casa poderia fazer um gesto ao Brasil via Gráfica e imprimir, porque este trabalho não pode ficar sem impressão. Embora a gente vá mandar – por conta minha e sua, a bem dizer – para os Senadores e Deputados, prefeitos e governadores, a Casa poderia imprimir e remeter para as universidades também. Como alguém, um estudioso do tema disse, cuja frase repito, não haverá uma universidade deste País que atue nessa área, por exemplo, do Direito Previdenciário e da Seguridade, que não tenha que ter esse livro, eu diria, que é o Relatório da CPI da Verdade, para se debruçar, porque ali nós todos contamos um histórico de como é que começou, onde estavam os maiores problemas, o que está acontecendo agora. E V. Ex^a muito bem leu aqui e já apontou o futuro, sobre o que temos que fazer.

Então, não adianta quererem negar a CPI. A CPI existe, é verdadeira. Por isso, se houver o mínimo de bom senso por parte do Governo, com esse relatório na mão o Governo esquecerá de vez essa dita reforma da previdência, que quer que a pessoa se aposente depois dos 49 anos de contribuição e só depois dos 65 de idade. Eu insisto muito nesse dado. Como a média de emprego do brasileiro é 9,1 meses por ano – a média é essa –, para fazer o cálculo para se aposentar, terá que partir do dia em que assinou a carteira. Digamos que assinou a carteira com 20: 20 anos mais 64, 84. Vai se aposentar com 84!



O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Senador Paulo Paim, um aparte, por gentileza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como fiz com V. Ex^a, é uma satisfação receber um aparte do Relator e Presidente da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Foi uma satisfação imensa trabalhar com V. Ex^a nesta CPI porque V. Ex^a, além de ser um profundo conhecedor do tema, é uma pessoa que vive a problemática do cidadão brasileiro e que tem um olhar fraterno, um olhar não paternalista, mas compreensivo da situação e que procura a solução para resolver. Consequentemente, esses dados que V. Ex^a introduz na sua fala são altamente relevantes.

A gente chamou de PEC da morte a PEC 287 que está lá...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Correto, corretíssimo!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – ... porque as pessoas não conseguirão estar vivas para poder coletar os frutos da aposentadoria. E a gente aqui, na nossa CPI, tem como um dos objetivos demonstrar para o Brasil que é possível fazer uma reforma cidadã, que é possível construir uma situação que torne perene, tranquila a previdência dos diversos possíveis futuros aposentados.

Então, cumprimento V. Ex^a. Deixo claro que V. Ex^a foi de uma altivez, de uma contribuição muito grande para este relatório. E se este relatório, que foi de minha autoria como Relator, tem uma qualidade hoje reconhecida, isso se deve muito também a V. Ex^a. Nós – eu, como engenheiro, e V. Ex^a, como sociólogo da vida – procuramos trabalhar em cima de bases escritas, de referências, de posições dos diversos setores, fazendo aquilo que o Governo deveria ter feito: reunir o Conselho Nacional de Previdência Social, discutir com todo mundo antes de apresentar uma PEC. E nós o fizemos. É por isso que nós hoje temos um monte de sugestões de PEC e um monte de projetos de lei, como eu já relatei, apresentando. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Hélio José.

E, depois, o Governo faltou com a verdade. Não adianta. Vocês viram em algum programa da TV, do Governo, ou propaganda, quando ele diz que é preciso fazer a reforma, se ele já falou alguma vez que já existe idade mínima, que já existe tempo de contribuição definido para mulher? Vocês nunca viram, porque ele omite.

As pessoas que me encontram, quando eu viajo pelo País ou pelo interior do meu querido Rio Grande, me perguntam: "Paim, e aí? O Governo diz que não tem idade mínima. O Governo em nenhum momento fala qual é a idade mínima e qual é o tempo de contribuição e, por isso, estaria colocando agora... Óbvio, se não vai ficar aquele tal de fator."

Aí eu tenho que dizer: Olha, existe uma lei de três ou quatro anos atrás, que nós aprovamos aqui e foi sancionada – é lei! –, dizendo que a idade mínima é de 60 anos para o homem, 35 de contribuição. É a chamada fórmula 85/95, porque 35 mais 60 são 95. Para a mulher são 30 anos de contribuição mais 55, o que corresponde a 85.

E ainda há, nessa lei, um *plus* que diz... Aí o camarada me disse, numa entrevista um outro dia: "Mas você sabe que a expectativa de vida do brasileiro, enfim, da humanidade, está aumentando".



Eu sei. Sei tanto, que na lei já existe um artigo com um *plus* que diz que, à medida que a expectativa de vida, comprovadamente, pelo IBGE, aumentar, aumentará um *plus* também.

Então, por que fazer essa maldade como povo brasileiro?

Nós vimos falando há décadas e décadas que a Previdência é superavitária. Eles diziam que não. Aí veio a DRU e tirou 20%. Como é que eu tiro 20% de algo que eu sei que não tem caixa? Eu só vou tirar do que tem.

Pois vem o Governo atual e retira 30% ainda. É porque ele sabe que tem lastro. Ele sabe que tem fundo. Senão, ele não teria coragem de chegar a este plenário e dizer que agora vai retirar 30%.

Isso tudo, pessoal, a nossa CPI muito bem trabalhou, discutiu... Nós ouvimos o pessoal da Receita Federal, os auditores fiscais da Previdência; nós ouvimos procuradores, juízes, ministros... E todos – todos – reconhecem que o problema é de gestão. V. Ex^a lembrou muito bem ali.

Eu gostei de ouvir o Rachid, o Secretário-Geral da Receita Federal. Ele foi muito claro. Ele estava ali como um profissional. E ele disse: "Parem com essa história de dar anistia, Refis, abrir mão de multas e juros. Deixem-nos fazer o nosso trabalho".

E, recentemente, aqui, já deram mais uma anistia, mais um Refis, e agora abriram – agora, agora, agora – de novo o prazo para que outros devedores entrem ali e não paguem também. E ainda falam em fazer essa reforma.

O que eu dizia antes quero repetir agora: eu quero que este Governo do Presidente – queiram ou não queiram, é Presidente – Temer tenha um mínimo de bom senso: recolha essa reforma da Previdência. Arquive essa reforma. Pode dizer o que você quiser. Pode dizer que tentou e que a CPI veio com outros dados e criou uma contradição... Argumente como quiser, mas retire essa reforma e deixe que um governo eleito pelo voto direto, agora, em 2018... Deixe que o Congresso se debruce sobre uma proposta com profundidade e sobre o relatório da CPI. Na nossa proposta, a palavra que nós mais usamos, Senador Hélio José, como V. Ex^a, é gestão; se é gestão, vamos a fundo na gestão.

Eu tenho dito – e o Senador também, e os outros Senadores – que, se nós formos a fundo na gestão, por décadas e décadas a nossa Previdência não terá déficit, apesar de tudo que já desviaram. Eu digo só daqui para frente. Mas vamos cobrar esses mais de R\$1 trilhão dos grandes devedores. Não é só com a Previdência. Eu digo que esse é R\$1 trilhão pronto para ser executado. E eles dizem que dá para arrecadar 94,1%. Desse R\$1 trilhão, em torno de R\$500 bilhões é da Previdência. Estou falando do atual, agora; não estou falando do acumulado, da Constituinte para cá, que não foi recolhido muitas vezes. Mas agora é dívida pronta para ser executada. Dá para arrecadar 94,1% se derem estrutura para os procuradores da Fazenda – dados deles, lá.

Eu tenho aqui, por exemplo, este dado que é impressionante: auditores fiscais, precisaríamos ter em torno de 10 mil – isso é investimento, não é gasto, porque eles vão arrecadar três vezes mais do que vão receber –, e parece que estão em torno de mil. Procuradores da Fazenda, atualmente, em torno de três mil; eles precisariam ter o dobro, para executar todos os processos. São alguns dados.

O Senador já falou, mas eu fico muito indignado com a tal da apropriação indébita. Isso é um assalto ao bolso do trabalhador. Calculam R\$30 bi por ano. Está aqui, no relatório. Isso aqui são dados, um resuminho do relatório do Senador Hélio José. Quem trouxe a denúncia não foi o Senador Hélio José, não foi o Paim, não foi nenhuma central, nenhuma confederação; foram os auditores fiscais que comprovam, com dados e números.



Como é que eles chegaram a esses dados? Vou dar aqui a informação: eles checaram com os dados do Fundo de Garantia. Como você tem que arrecadar tanto para o Fundo de Garantia, teria que arrecadar tanto também sobre a Previdência, de forma automática, porque ali é o dinheiro do trabalhador que está para entrar. Entrou o do Fundo, e não entrou o da Previdência. Meteram a mão! E tu sabes quem meteu a mão; não tem como não saber! É só pegar, ali, fazer o confronto de dados, o que é que entrou para o Fundo de Garantia... E por é que que não entrou para a Previdência? E não fazem. E não recolhem. Mas eu não estou condenando aqui os profissionais, os servidores públicos. Não os estou condenando não, porque eles foram lá e disseram, tiveram coragem de dizer: "Deem-nos estrutura, que nós conseguiremos arrecadar 94,1% desse cerca de R\$1 trilhão". Porque vai além da Previdência. Repito: não é só a Previdência. Isso é dívida pronta para ser arrecadada! E não... Ainda manda para o trabalhador pagar a conta, como agora mandaram – e V. Ex^a lembrou muito bem. V. Ex^a é servidor público... O servidor vai agora para 14%. E por medida provisória! Discutiram com quem?

Aí, falam que o que vale é o negociado sobre o legislado; e falam que eles incentivam a negociação. Negociaram com quem, para tirar agora mais esses 3% em cima da folha de salário do trabalhador? Negociaram com quem, para dizer que os 5% do contrato feito do negociado não será mais pago, que o reajuste vai ser zero, em 2018? Negociaram com quem? Negociaram com quem, para baixar uma portaria que diz que, daqui para frente, está liberado o trabalho escravo no Brasil? Negociaram com quem – me fala aí –, se todo mundo é contra?

Até o Conselho dos Direitos Humanos da Presidência da República está instalando processo contra o Ministro. O Supremo já deu liminar nesse sentido. A Procuradora-Geral da República, que entrou recentemente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Raquel Dodge.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a Dr^a Raquel, cujo nome foi aprovado aqui por unanimidade, também disse que ele tinha dez dias para revogar a medida.

E daí? Se é o negociado, negociado com quem? Que negociação é essa, em que você assina o papel: "Cumpra-se a medida provisória."? Assina o papel e diz: "Agora, o trabalho escravo está liberado. Cumpra-se."? Que negociação é essa?

Isso não é negociação coisa nenhuma! Isso não é negociação coisa nenhuma. Isso é uma imposição.

Por isso, meus amigos, nesta sexta-feira, quando venho à tribuna para falar desse tema, eu o faço ciente do dever cumprido.

Senador Hélio José, nós cumprimos a nossa missão, que era a de trazer ao Brasil dados sobre a CPI da verdade.

Aí, disseram que a grande imprensa não cobriu. Bom, eu, como sou um democrata, se quer cobrir, cobre; se não quer, não cobre. O importante é que nós fizemos o dever de casa. Mas não estávamos lá para ser manchete, nem no mundo, nem no Brasil. Nós estávamos lá para mostrar qual é o mundo real da nossa seguridade, da nossa Previdência Social. Nós o fizemos. Estamos dispostos, agora em 2018, a fazer o debate com quem quiser, ou mesmo neste ano.

Mas o apelo que eu faço aqui, ao terminar esses 20 minutos, Senador – V. Ex^a falou mais porque V. Ex^a é o Relator e tinha todo o direito de falar por uma hora –, é pedir ao Governo que



esqueça, de uma vez por todas, essa tal reforma da previdência. Ela não tem lógica, não tem sentido. Eu diria que é impopular, é inconstitucional, não trabalha com a verdade e só vai interessar ao sistema financeiro...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque eles são os grandes devedores. Quem mais deve para a Previdência são os bancos.

Nós chamamos, na CPI, os cinco bancos que mais devem, as cinco empresas da área privada que mais devem. Chamamos também da área da saúde, da educação, frigoríficos, como essa tal de JBS. Chamamos todos lá, e todos reconhecem, com a frase que eu insisto muito: "Devo, não nego, não pago, estou esperando anistia do Governo e do Congresso e estou brigando na Justiça".

Nós, aqui no relatório que o Senador Hélio José, Relator, leu na tribuna, apontamos uma série de caminhos. Vamos nos debruçar sobre a gestão, porque ali está, como diz o Gaudério, onde a água está passando pelo ladrão. Pior que o termo "ladrão" cabe bem. A água, quando enche, passa pelo ladrão, porque existe ladrão mesmo. Se existe ladrão na água, existe ladrão na Previdência, pelo amor de Deus! Não vê quem não quer.

Por que não fazem uma Operação Lava Jato? E V. Ex^a elogiou a Operação Lava Jato, e eu não fiz nenhuma crítica. Fiquei só ouvindo V. Ex^a. Então, eu estou dizendo aqui: façam uma Operação Lava Jato sobre os grandes devedores, os que caminham na linha da fraude, da corrupção e do desvio do dinheiro da Previdência para outros fins.

É como nos disse lá um empresário. "Eu faço o dever de casa. Eu pago tudo em dia. Com aquele que não paga em dia vira uma concorrência desleal, porque ele aplica o dinheiro no mercado, ganha, e depois é perdoado. E eu tenho prejuízo, porque a disputa do produto dele é mais barato que o meu, porque o meu paga todos os tributos que a União manda, e ele não paga! Não é justo, Senador." Foi o que nos disseram.

Porque, quando a gente fala, aqui, nos empresários, pode dar a impressão de que a gente está criticando todos os empresários. De jeito nenhum. Pelo contrário: é uma minoria. É uma minoria devedora, e nós temos a lista dos 500 maiores devedores, dos mil maiores devedores. São esses que nós queremos que sejam executados. Não tem que levar para compadre não. Acabou essa história, neste País, de que malandro é que acaba se dando bem. Por isso que esta CPI faz a análise do passado, do presente e projeta o futuro, com encaminhamentos, com proposta de emenda constitucional e com propostas de projeto de lei. Não precisa retirar um direito do trabalhador brasileiro, nem da área do campo, nem da área da cidade, seja da área pública ou da área privada.

Eu acho que este Governo vai, de fato, entender que essa reforma não tem lógica.

Nós estamos no mês de novembro; temos outro feriado, queiramos ou não – o fato é real –, no dia 15 de novembro agora. Em seguida é dezembro. Todo mundo sabe que, próximo ao dia 20 de dezembro, terminou. Então, não há a mínima chance viável, no mundo real, dessa tal reforma da previdência passar aqui, a não ser que vão querer enfiar goela abaixo de novo.

E aí eu termino, na linha que V. Ex^a terminou... Não esqueçam, Deputados e Senadores, quem é candidato a Presidente da República, a vice-governador, enfim, ou mesmo alguns que querem concorrer a Deputado Estadual: temos eleições em 2018. O povo está "até aqui", pode saber que o povo está "até aqui", e nós sabemos que está, com essa tal de reforma trabalhista, que todo mundo



sabe que deu no que deu... Tanto, que agora vão baixar medidas provisórias. Vai ser um outro debate sobre a reforma trabalhista, que vamos discutir... Medida provisória tem força de lei e ela virá aqui no dia 11, estão dizendo. Vai se iniciar um outro debate sobre a reforma trabalhista. O que é que vai dar não sabemos. O próprio Ministério do Trabalho já tentou montar um grupo de trabalho de grandes juristas, devido às enormes contradições que nós denunciávamos, e por isso votamos contra, que havia naquele projeto. Tanto, que montamos aqui uma comissão especial. V. Ex^a tem colaborado lá, debatendo um estatuto decente do mundo do trabalho, porque esse virou indecente. Não há nem como aplicar!

Aí, alguém diz: "Ah, vamos para cima dos juízes, porque os juízes não querem aplicar..." É que não dá para aplicar! Nós ouvimos aqui os juízes e ministros do Tribunal Superior do Trabalho: É inaplicável! Uma contradição em relação à outra, no conjunto do texto.

Quando tentaram fazer uma comissão semelhante àquela que nós montamos aqui, você vai ver ali os argumentos, chamados arrazoados, que justificam a criação daquela comissão, eles mesmos dizem – o Governo diz: "É muita contradição no mundo jurídico e, por isso, não dá para aplicar como está."

Vejo com alegria aqui o Senador Cristovam, chegando ao Plenário. Ele, que está sempre colaborando aqui para que esta sessão aconteça também na sexta-feira.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, Senador Cristovam, é uma satisfação vê-lo aqui. Sei que V. Ex^a logo há de participar dos debates aqui, para enriquecer, naturalmente, a opinião pública sobre esse momento difícil que nós estamos vivendo.

E eu falei aqui agora, Senador Cristovam – acho que V. Ex^a estava no carro se deslocando para cá, ou no gabinete –, sobre aquele decreto também do trabalho escravo.

Eu estava na tribuna, e V. Ex^a me fez o primeiro aparte, criticando, condenando e pedindo para o Ministro: "Revoguem [palavras suas. Permita-me que eu repita. Eu até, depois, divulguei nas minhas redes] esse decreto ou renunciem. Não há como esse decreto." E eu aproveitei esse debate aqui, que estamos fazendo, para falar também desse tema.

Se a Presidência permitir, até porque eu já usei todo o meu tempo, é com satisfação que dou um aparte ao Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Eu só gostaria, Senador Cristovam, antes de o Senador Paim dar um aparte ao senhor, de cumprimentar os alunos da Fundação Bradesco, Distrito Federal, da Ceilândia, a maior cidade do nosso Distrito Federal. Sejam muito bem-vindos ao Congresso Nacional.

Sou o Senador Hélio José, aqui de Brasília. Está na tribuna o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul. Aqui conosco está também o Senador Cristovam Buarque, que é do Distrito Federal.

Sabemos que vocês são alunos importantes, são a nossa juventude. Então, parabéns a vocês que estão aqui. Uma salva de palmas a vocês. *(Palmas.)*

Uma salva de palmas por virem aqui, para conhecer esta Casa. E que vocês, que são a massa crítica, que são o futuro do nosso País, a juventude, ajudem-nos a fazer realmente uma política limpa e íntegra. No ano que vem, como estávamos falando um pouco antes, teremos um encontro com as



eleições no dia 7 de outubro de 2018. Precisamos votar em ficha limpa, em pessoas que não tenham acusações de corrupção, porque o Brasil precisa ser passado a limpo.

Parabéns a vocês pela visita.

Retorno ao Senador Paulo Paim, que vai repassar a palavra ao Senador Cristovam para um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Cristovam, é uma satisfação o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador Paim, o senhor falando, eu estava ouvindo pela Rádio, há pouco, e me lembrando de outro Senador gaúcho, o nosso querido Pedro Simon.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pedro Simon.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pedro Simon, ainda nesta semana, alguém me disse, foi um Senador que demitiu ministros. Dessa tribuna, ele chegava aí, pegava o microfone... E denunciou, acho que, mais de uma vez, equívocos de ministros, e suas denúncias levaram a demissões. Ou não há mais nenhum Senador Simon, nem o senhor, nem eu, nem Hélio José conseguimos, ou temos um Governo insensível para o que a gente fala. Eu lembro que, quando o senhor trouxe o assunto desse decreto, dessa portaria que deixa de ver com rigor o assunto da escravidão, eu não apenas também apoiei sua denúncia, como disse que o Presidente deveria demitir esse Ministro, porque o não demitir, Senador Hélio José, dá a impressão de que ele deixa o cara fazer e depois conserta para ficar como o bonzinho, e os outros cometendo erros. Isso foi de uma gravidade, que não se poderia passar a mão na cabeça, sobretudo pelas suspeitas que existem de que a decisão foi feita para beneficiar o agronegócio. E eu aí quero dizer que não acredito que os homens de negócio do agronegócio estejam por trás, porque a maior parte das empresas, como disse aqui, se não me engano, o Senador José Medeiros, não praticam esse tipo de coisa. São poucos. Então, acho um absurdo jogarem a culpa disso no agronegócio, em que há tanto empresário que cumpre, com todo o rigor, as leis.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concordo com V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E conseguem funcionar bem, produzir muito, gerar dólar, gerar impostos, gerar emprego, embora cada vez menos empregos por causa da mecanização. Mas não é só esse caso. O Presidente Temer parece que se especializou em ter um ministério que dá tiro no pé. É inacreditável o Ministro da Justiça fazer uma denúncia de que a polícia está conivente com o crime organizado no Rio. Ele tinha que ter dado algum subsídio para mostrar isso, não podia ser uma palavra vazia. Isso até um jornalista a gente admite que faça, levantando o problema, mas não o Ministro. Eu li muito, nesse fim de semana, alguns dizendo: "Ele diz o que todo mundo suspeita." Ministro não tem direito de suspeitar, ministro tem obrigação de mostrar, e ele não mostrou. E levantou suspeitas sobre os quadros honestos da Polícia do Rio de Janeiro. Nesses últimos dias, a Ministra dos Direitos Humanos pedia acumular o salário, porque eu, pessoalmente, acho grave isso, acho que não deveria ser aceito. Não é só ela, não, que acumula; aparentemente, há muitos outros que acumulam, errado. Mas usar a escravidão como a metáfora para justificar ganhar R\$61 mil, em vez de R\$30 mil ou R\$33 mil? Isso é



uma falta de sensibilidade. O que me incomodou, inclusive, é que é uma mulher descendente de escravos, é uma afrodescendente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Incomodou a mim também, Senador. Pode crer.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E uma pessoa pela qual eu tenho admiração pela história, eu a acompanhei. Ela é amiga de amigos meus do Movimento Negro da Bahia, eu já a conhecia, algum tempo atrás, não depois de ser Ministra. Chocou-me muito, mas, sinceramente – às vezes, a gente erra –, o que ela falou depois não demonstra um reconhecimento de erro. Ao contrário, ela dizia: "Mas eu tenho direito mesmo e talvez a metáfora não tenha sido boa." Pois bem, o pior é que o Presidente assiste a tudo isso calado, como se não tivesse nada a ver com ele. Cada gesto errado de um ministro tem a ver com o Presidente e ele é o último responsável. Como dizia alguém, um Presidente de algum País, na frente da mesa dele tinha escrito: "Aqui termina a responsabilidade. Eu sou o último dos responsáveis por tudo. E assumo". Eu creio que o Presidente deveria assumir a responsabilidade e tomar as medidas. Cada vez que não faz isso, vai tirando mais um pedacinho da pequena credibilidade que ele tem na opinião pública. Eu fico preocupado. Qual vai ser nesta semana a mancada?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual a manchete?

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E qual será o ministro que vai cometer a mancada, que vai dizer alguma coisa errada, alguma besteira? Qual vai ser ele? E isso repercute na República, repercute no País e até na economia, o que é um problema para nós hoje. Então, eu fico satisfeito que o senhor esteja trazendo o assunto, aquela Portaria maldita, 130 anos depois da abolição da escravatura...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a escreveu um livro e me deu a satisfação de fazer o prefácio.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sinceramente, do livro eu não vou falar, mas o belo prefácio seu...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não, o livro está muito bom.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É um livro, Senador Hélio José, em que eu li as atas dos debates aqui, nesta Casa, na abolição da escravatura. *Dez Dias de Maio* é o título que eu dei ao livro. Entre 4 de maio e 13 de maio, debateu-se aqui a Lei Áurea, e é um debate belíssimo. Coloquei lá, transcrevi o que diziam inclusive os escravocratas, como é que eles justificavam. Aliás, nenhum tinha coragem de justificar a escravidão. Eles só diziam que não era a hora ainda da abolição, que a abolição ia criar problema na economia, que a agricultura ia parar e que era preciso adiar um pouco. Outros diziam que eram a favor, sim, da abolição, mas era preciso pagar aos donos dos escravos, porque eles tinham direitos adquiridos. Eles tinham comprado e como é que agora iriam desapropriá-los? É um belo debate e surge aí, grande, a figura de Joaquim Nabuco, costurando não apenas como um grande tribuno e como um grande filósofo da abolição, mas como alguém que entendia muito do Regimento Interno da Casa e conseguia driblar o que era preciso para evitar as constantes postergações que queriam fazer. Esse livro eu fiz e, na segunda edição, o Senador Paim fez um belo prefácio.



(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E, de acordo com esse prefácio, com essa preocupação e é até com sua descendência e ascendência, o senhor aqui tem sido esse grande batalhador e não podia ficar calado neste momento. Mas eu quero repetir o que eu disse no dia em que o senhor trouxe o assunto aqui: não basta apenas parar a portaria, que, aliás, não foi parada pelo Governo, foi parada pela Justiça.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela Justiça.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – O que é outro erro do Presidente. O Presidente deveria suspender isso. Não suspendeu. Foi a Justiça que, felizmente, fez isso. Mas é lamentável que seja preciso apelar para a Justiça hoje para que se continue cumprindo a Lei Áurea. Mas não basta nem mesmo suspender a portaria. Esse ministro tem que ser responsabilizado. Esse não é um daqueles erros em que se diz: "Olha, foi sem querer." Não se pode dizer que foi sem querer, que foi um errinho. Não, foi um erro muito grave e que repercute até hoje muito duramente nos foros internacionais, trouxe um desastre muito grande para a imagem do Brasil lá fora. Mas eu insisto que, além disso, a gente vai somando cada dia outro, sem falar de um recente ministro, que não é mais, que foi pego com malas de dinheiro também em casa. Malas, não, caixas e caixas e caixas. Tudo isso vai corroendo a credibilidade do Presidente. E ele não toma medidas nem gestos para se separar disso. O perigo é que a República também começa a ser corroída e começam a surgir os aventureiros se propondo a pôr ordem na Casa, a partir de 2019. E nós sabemos que certos aventureiros terminam pondo ordem, mas uma ordem nefasta, uma ordem que nem o senhor nem eu poderíamos estar falando aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Então, os erros deles ficariam escondidos do ponto de vista da opinião pública, e a gente sendo obrigado a cumprir. Então, eu aproveito esta sexta-feira, de manhã, para manifestar isso. O Presidente precisa fazer gestos para barrar...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... essa profusão de insanidades que são cometidas, a partir do Palácio do Planalto, por seus ministros e até por ex-ministros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só peço, Presidente, que o aparte do Senador Cristovam seja incorporado ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Com certeza.

Quero cumprimentar, senhor orador da tribuna, Senador Paulo Paim, e S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, pelas palavras relevantes colocadas no aparte incorporado por V. Ex^a. Realmente, a história demonstra a situação.

Nós havíamos colocado aqui, Senador Cristovam, um grande relato, conclusivo, da CPI da Previdência, que demonstra aquela mesma falta de clareza e falta de posição cidadã colocada naquela oportunidade com relação à escravatura, pois trata como escravos, aspas, "brancos" os aposentados



da Previdência Social no Brasil, e o que precisa ser feito. Principalmente precisa haver gestão, responsabilidade para poder a nossa Previdência ser superavitária e não ter problema nenhum. Então, nós fizemos uma CPI propositiva, conclusiva, com uma série de detalhes que vamos remeter para V. Ex^a. Queremos, inclusive, depois a apreciação de V. Ex^a sobre todo o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu concluí já, Sr. Presidente.

Nesta sessão, V. Ex^a leu a parte final do relatório e eu comentei alguns pontos que achei da maior gravidade e que centralizam, digamos, o que fazemos com os grandes devedores. O relatório aponta caminhos: cobrar dívidas.

Só com essa frase eu termino. Dívida ativa pronta para executar, 1 tri, sem falar dos outros trilhões que teriam que ser ajustados ao longo da caminhada. Mas ficamos com a frase, pelo menos, mais concreta e objetiva: esse 1 trilhão que os procuradores da Fazenda querem executar, mas não têm estrutura para fazer.

Parabéns a V. Ex^a. Parabéns, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Senador Paulo Paim, eu gostaria que V. Ex^a reassumisse a Presidência porque eu gostaria de falar pela Liderança do PROS sobre o Dia do Servidor. Em seguida, provavelmente o Senador Cristovam vai falar como orador inscrito. Então, V. Ex^a pode assumir a Presidência para eu falar sobre o Dia do Servidor Público?

(O Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide Parte II do Sumário)**

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Hélio José e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e meus cumprimentos a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Volto à tribuna, em nome da Liderança do PROS, Partido Republicano da Ordem Social, para falar sobre um importante ente público, que são os servidores públicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu não poderia deixar transcorrer o dia 28 de outubro sem prestar as minhas justíssimas homenagens aos servidores públicos do Brasil, categoria da qual também faço parte, com muita honra. No dia 28 de outubro, foi comemorado o Dia do Servidor Público.

Muitos não sabem, mas sou servidor público concursado do Ministério do Planejamento, cedido ao Ministério de Minas e Energia, Sr. Presidente. Trabalhei na Eletronorte por três anos; na Companhia Energética de Brasília (CEB), por 26 anos. Fui Diretor do Sindicato dos Eletricitários, fui filiado à CUT, bem como Diretor da Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura, engenheiro de formação que sou.

Tenho um imenso respeito pelo servidor público, pelos agentes de Estado, que fazem a máquina pública funcionar, principalmente em favor dos mais pobres, que são os mais carentes dos serviços



públicos. Os interesses e as necessidades dos servidores públicos são a prioridade número um do meu mandato, Sr. Senador Paulo Paim, além de defender aqui a família, a vida e o meio ambiente.

Espero sinceramente estar tendo uma atuação à altura das expectativas dos servidores públicos brasileiros, uma classe exigente, com pensamento crítico, inteligente e bem informada, haja vista os servidores públicos aqui do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados. Se eu puder satisfazer as suas expectativas, terá valido a pena, ao final do meu mandato, ter sido Senador da República.

Agora mesmo, Sr. Presidente, no dia 25 de outubro, foi aprovado, por unanimidade, o relatório da nossa CPI, a CPI da verdade, a CPI da Previdência. Esse relatório foi elaborado por mim, na qualidade de Relator da Comissão, junto com o Presidente da CPI, Senador Paulo Paim; com o Vice-Presidente, Senador Telmário Mota; e com os demais ilustres Senadores competentes componentes da Comissão. O que fizemos foi formar uma frente de defesa da Previdência Social, uma frente em defesa da verdade, em especial no meu caso e nos outros, para defesa da Previdência e também dos servidores públicos.

Examinamos a contabilidade da Previdência Social, tanto a privada quanto a pública, cotejamos receitas com despesas, estudamos os desvios de recursos que se fazem há anos e chegamos à conclusão inequívoca de que a Previdência não é deficitária, Sr. Senador Cristovam Buarque. Os que dizem isso ou estão iludidos, ou mal intencionados. A reforma da previdência, como vem sendo engendrada, ameaça o futuro dos trabalhadores brasileiros e só é boa para empresas e instituições que devem fortunas aos cofres públicos e querem ver suas dívidas perdoadas.

Mas, no que depender de mim, não permitirei que a Previdência Social brasileira seja destruída, nem sequer que os servidores públicos ganhem um centavo a menos do que têm direito na aposentadoria. Tampouco permitirei, sem protesto, que sejam sobretaxados na já poupada contribuição que são mensalmente obrigados a pagar.

Se querem controlar as contas públicas, que busquem outros meios mais justos e eficientes. Não façam dos servidores públicos bode expiatório do ajuste fiscal.

Há muita ineficiência no Estado brasileiro, muitos gastos desnecessários e mal feitos, muita malversação do dinheiro público. O que eu peço, Sr. Presidente, é que deixe o servidor público em paz e que respeitem a imensa contribuição que a categoria tem dado ao desenvolvimento de nosso País.

Sr. Presidente, Sr. Senador Cristovam e demais Senadores desta Casa, nesse dia comemorativo, que foi o dia 28, de homenagem aos servidores, deixarei para outra oportunidade o tratamento de questões importantes e complexas...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... que dizem respeito à categoria no Brasil. Uma delas é a defesa do instituto de estabilidade dos servidores, instituto que tem sido contestado por alguns, mas que é garantia imprescindível para que os servidores possam servir ao País e ao povo, e não a interesses privados de quem está momentaneamente no poder.

Outra questão, Sr. Presidente, diz respeito ao desprestígio que tem sofrido entre nós o instituto do concurso público como via de acesso às carreiras de natureza pública. A Administração Pública, Sr. Senador Cristovam Buarque – daqui a pouco passo-lhe o aparte –, cada vez mais tem aumentado



proporcionalmente o número de cargos de livre provimento, em desfavor dos cargos pertencentes ao quadro permanente dos órgãos públicos, cujo acesso se deve dar exclusivamente por concurso público. O concurso público é instituto democrático, consagrado em nossa Constituição, que garante que os melhores quadros sejam selecionados para o serviço público e que todos os brasileiros tenham igualdade de condição no acesso aos cargos públicos.

Assim, Sr. Líder Cristovam Buarque, eu lhe passo o aparte que V. Ex^a está solicitando.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador Hélio, talvez ninguém melhor do que o senhor para trazer essa homenagem aos servidores públicos. O senhor é um dele, como eu também, não como Senadores até, mas como profissionais – eu professor, o senhor engenheiro da nossa companhia de eletricidade, de energia de Brasília. Além disso, o senhor é um preocupado com os assuntos das questões trabalhistas do setor público. Eu acho ótimo trazer esse assunto aqui. E queria propor que nos encontrássemos para discutir um assunto: eu creio que, entre os desafios do próximo Presidente, um será fazer um pacto da Nação brasileira com os servidores públicos, como também é preciso um pacto da Nação brasileira com a comunidade científica e tecnológica, com os professores. Nós temos que defender os servidores públicos, porque sem eles estarem satisfeitos o serviço público não funciona bem. O servidor público tem que estar satisfeito, como qualquer trabalhador. Ao mesmo tempo, não adianta olhar apenas como satisfazer o servidor público sem que ele dê a contrapartida de fazer o povo feliz. E, às vezes, hoje, pelo excesso de republiquetas em que o Brasil foi dividido, com cada grupo se sentindo dono do País, a falta de coesão nacional está levando a um certo divórcio entre alguns servidores públicos em relação ao público. É preciso um pacto. A palavra pacto não é boa, reconheço; mas é preciso um entendimento tal que diga como fazer uma coesão entre o servidor público e o público, como transformar o servidor público em um servidor do público e como fazer com que o público, através do Governo, satisfaça ao servidor público. Esse é um desafio que a gente não vê nos governantes. Alguns não se preocupam com o servidor público; tratam-no até como algo que complica a vida deles. Conheço governantes que dizem: "Puxa, lá vem um professor por aí"; "Puxa, lá vem uma manifestação do servidor público". Há outros que, olhando para as eleições, atendem o servidor público sem exigir deles a contrapartida que eles devem dar ao público. Nós estamos hoje divididos mais ou menos nessas posições contraditórias, sem uma posição que unifique, que diga: "O servidor público tem que ser satisfeito, para trabalhar e servir bem ao público." Ou seja, são dois lados; e não um só. Eu acho que muitos dos sindicatos, sobretudo dos servidores públicos, perderam essa dimensão do serviço público. Eles passaram a tratar o servidor público como um trabalhador que produz um bem qualquer. Não; o servidor público não produz um bem qualquer; ele produz um serviço com a sacralidade de servir ao público. Temos que ter o maior carinho e respeito por um operário que faz um automóvel, mas uma pessoa compra o automóvel, privadamente, para essa pessoa. O servidor público não faz automóveis: ele leva saúde, ele leva educação, ele leva segurança. Ele leva um bem... Na verdade, o nome certo é: um serviço, que serve ao público, a todos. Então, é diferente; ele tem que ser satisfeito, mas ele tem que satisfazer também. O dia do funcionário público eu acho que deve ser, obviamente, em primeiro lugar, um dia para homenagear, mas também um dia para tentar despertar, despertar o compromisso do servidor público com o público. Eu diria que a imensa maioria tem. Mas alguns não têm, e, às vezes, em nome da unidade deles, protegem os que não têm esse sentimento. Na saúde, na educação, na segurança, fecham os olhos e não podemos fechar os olhos para isso – na corrupção também. Não



podemos fechar os olhos para os erros dos políticos, mas não podemos fechar os olhos para erros de funcionários, de servidores públicos também, não. Eles têm que estar satisfeitos, mas eles têm que satisfazer ao público, não ao governante, não ao chefe, não aos políticos – ao público! E vamos precisar fazer uma pactuação – sabia? – com o serviço público, obviamente levando em conta os sindicatos. Não se pode prescindir dos sindicatos, mas eles têm que sair do papel de corporativismo, de pensar apenas para dentro e olhar também para fora. Hoje em dia se costuma falar, Senador Paim, que é preciso alguns grupos saírem do armário – se diz isso, sobretudo, para os *gays*. Eu acho que a gente precisa sair do espelho, nós da esquerda, os sindicatos. Precisamos sair da frente do espelho, a gente só olha para a gente. A gente tem que olhar ao redor...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com certeza.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... a gente olha para o espelho querendo mais salário e tem que pedir, mas tem que olhar ao redor e dizer: quem me paga está satisfeito? E quem me paga é o povo. Não é o governante, não é o governador. Então, neste dia eu queria lhe dizer que a próxima campanha eleitoral deveria ser um momento de se fazer não apenas uma eleição, mas de se fazer um plebiscito. Como é que a gente quer que seja o serviço público? É um dos itens; há muitos outros. Como é que a gente quer que seja o serviço público? E o eleitor vai dizer: "Vota neste candidato que propõe isso, ou neste." Esse candidato, se ganhar, vai ter a força. Ele vai ter atrás dele os eleitores não apenas dizendo que ele deve ser o próximo Presidente, mas dizendo qual deve ser o programa que ele deve cumprir. E entre os itens, na agenda dessa plataforma, desse plebiscito que a gente faria, está a relação entre o servidor público e o público.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com certeza, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – O papel do Governo e o papel dos sindicatos. Essa é uma reflexão que eu queria colocar nesse dia em que homenageamos o servidor público, mas homenageamos, sobretudo, o servidor do público.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com certeza, Senador Cristovam Buarque. Eu que tive a honra de servir ao seu governo, como Governador do Distrito Federal, quero dizer que essa questão dessa tese de servidor público é fundamental, porque nós servidores públicos, Senador Cristovam, sabemos que nós não existimos para dar lucro nem para dar prejuízo, nós existimos para fazer o equilíbrio entre o Estado e o público; entre o contribuinte, pagador de imposto, que precisa do Estado, e o Estado brasileiro, fazendo com que a burocracia funcione de forma adequada, fazendo com que a saúde atenda aqueles que dela necessita, fazendo com que a educação cumpra a sua tarefa de bem informar o nosso povo. Está certo?

Por isso, nós temos consciência de que o servidor público não pode ser um objeto tratado de forma desumana, de forma desleal, por muitos dos governantes. Por isso é que nós achamos e compreendemos que tem que haver uma relação em que o servidor público tenha um salário adequado, um local de trabalho adequado e tenha condição de fazer esse equilíbrio entre o público e o privado; entre o povo e o Estado.

Eu quero retornar aqui para a gente concluir, dizendo, como servidor público desta Casa e Senador da República, aos nossos prezados servidores públicos que nos acompanham pelo sistema de comunicação, Senador Paulo Paim, do Senado Federal que também fomos surpreendidos nesta Casa,



sem debate nenhum, com medidas provisórias perversas que vêm mais uma vez retirar e prejudicar os servidores públicos.

O mês de outubro, que acabou de findar, foi dedicado aos servidores públicos. Tivemos várias oportunidades de comemoração da importância dos servidores para a garantia da democracia e da efetivação de políticas públicas que melhoram a vida dos cidadãos.

Para fazer caixa, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam, o Governo Federal nem pensou duas vezes e resolveu reduzir a renda dos servidores públicos, aumentando a alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14% para os salários acima de R\$5,5 mil. Não ficou só com isso: os reajustes salariais, mesmo os já negociados e acertados, serão adiados para 2019.

Com a elevação da alíquota previdenciária, o Governo espera, Senador Paulo Paim, retirar do bolso do funcionalismo público algo como R\$2,2 bilhões.

Com o adiamento dos reajustes salariais, o que vai ser retirado dos servidores públicos será da ordem de R\$5 bilhões, inclusive de servidores desta Casa.

O Ministro da Fazenda esteve anteontem aqui no Senado Federal para dizer que a economia está retomando o crescimento. Será verdade isso? Podemos confiar na palavra do Ministro? Será que podemos? Enquanto fala em retomada do crescimento, o Governo retira renda dos servidores. Faz caixa com a redução dos salários e dos direitos.

Na CPI da Previdência, Sr. Presidente Paulo Paim, tivemos a oportunidade de verificar que muitas das informações divulgadas pelo Ministro da Fazenda não correspondem à verdade. Foram meras peças publicitárias para enganar a população. Repetidas tantas vezes acabam sendo tratadas pelos meios de comunicação como verdades, Srs. Servidores Públicos.

Ao buscar atingir os servidores públicos, retirando dinheiro de seus bolsos e de suas famílias, o Governo também o faz deixando a verdade de lado e tratando os servidores como desnecessários. Isso a gente vê na forma em que a grande mídia trata o assunto, orientada, evidentemente, pelos poderosos do Governo Federal – por alguns; há várias pessoas no Governo Federal que não pensam assim.

Não à toa, os participantes de audiência pública realizada ontem na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, Senador Paulo Paim, classificaram as medidas recentes do Governo de assédio moral coletivo por parte do Estado contra os servidores públicos. Assédio moral é toda conduta abusiva, repetida de forma sistemática, que atinge a dignidade ou a integridade psíquica ou física de um trabalhador, de um servidor público.

Peço aos governantes, Senador Paulo Paim, que parem – parem! – de tratar os servidores dessa forma vil e desumana.

A valorização dos servidores públicos e a defesa das garantias de seu trabalho fazem parte da defesa do Estado democrático, como instrumento de desenvolvimento, de paz e de progresso social.

Aos cidadãos que nos ouvem e nos acompanham pela TV Senado, Senador Paulo Paim, peço que escutem com senso crítico as notícias que atacam a nós, servidores públicos. Não acreditem nessas propagandas falsas e mentirosas, que procuram desqualificar e minorar os servidores públicos. Os servidores públicos são aliados do povo. Os inimigos são exatamente outros.

E, para concluir, Senador Paulo Paim, quero dizer que, lamentavelmente, a Administração Pública cada vez mais tem aumentado proporcionalmente o número de cargos de livre provimento, aqueles que são apenas nomeados.



O Governo passa; o Estado fica. Estado é o servidor público concursado que tem de trabalhar no Estado. Governo são os cargos comissionados que entram e saem quando o governo muda.

Então, quando o Governo tem aumentado os cargos de livre provimento, Senador Paulo Paim...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Estou concluindo.

... isso ocorre em desfavor dos cargos pertencentes ao quadro permanente dos órgãos públicos, cujo acesso se deve dar exclusivamente por concurso público.

O concurso público é instituto democrático consagrado em nossa Constituição, que garante que os melhores quadros sejam selecionados para o serviço público e que todos os brasileiros tenham igualdade de condições no acesso aos cargos públicos.

Assim, encerro minha fala, Sr. Presidente, felicitando todos os servidores públicos do Brasil! O Brasil precisa de cada um de vocês, servidores públicos! O Brasil avança em grande parte impulsionado pelo trabalho nosso, de servidores públicos.

Os servidores podem saber que contam com um defensor da categoria na pessoa deste Senador que lhes fala, hoje, da tribuna do Senado, eu mesmo um servidor.

Era o que eu tinha a dizer, nobre Presidente, deixando claro a todos os servidores do Brasil: uni-vos! Vamos defender os nossos direitos, vamos estar juntos para não sermos massacrados por pessoas mal-intencionadas que entram em governos. E volto a falar: Governo passa; o Estado fica. O servidor público é o Estado, concursado, que deve permanecer trabalhando de forma ética, justa, moral, sem corrupção, na defesa do Estado!

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José. Eu me somo a V. Ex^a nessa homenagem justa, correta, aos servidores públicos de todo o nosso País, que estão sendo atacados quase diariamente. V. Ex^a tem toda a razão.

Veja que há um projeto aí querendo acabar com a estabilidade do servidor. Outro vem na linha de querer reduzir os vencimentos, dizendo que não terão mais nenhum tipo de reajuste.

Então, V. Ex^a está com toda a razão. Meus cumprimentos pela homenagem que fez hoje aos servidores públicos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Eu quero incorporar os comentários de V. Ex^a ao meu discurso. E, além de incorporá-los, quero dizer que estive nesta semana no Encontro Nacional dos Servidores Públicos, que discutia a importância de os servidores públicos participarem da política e cobrarem seus direitos.

Então, quero elogiar a Pública, Central do Servidor, que fez esse evento, cumprimentar V. Ex^a e dizer que foi com muita satisfação que estive aqui para registrar essa importante data e dizer que o servidor público é uma pessoa comum, como outra qualquer, e que merece todo o respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu também recebi aqui cumprimentos a V. Ex^a por ter defendido de forma muito firme a CPI da Previdência e ter também, no encerramento, ampliado a ideia daquilo que nós temos chamado de



Frente Ampla pelo Brasil. Que a gente possa ter os melhores quadros disputando aí 2018 para que a gente tenha um número representativo de Parlamentares, já que aqui dentro é que tudo acaba se decidindo.

Eu aproveito este momento, enquanto aguardo o Senador Cristovam, que só foi dar uma entrevista, para dizer que eu recebi aqui agora, na presidência dos trabalhos, um documento que fala sobre um estudo da Unicef sobre assassinatos de adolescentes no Brasil.

O Brasil conseguiu, nas últimas décadas, reduzir a mortalidade infantil. Já o número de mortes entre adolescentes tem crescido de forma assustadora. Estudos da Unicef apontam que o assassinato de adolescentes bate recorde histórico no Brasil.

Em Municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, a taxa de assassinatos de jovens chega a 3,65 por mil adolescentes, ou seja, para cada mil adolescentes que completam 12 anos, mais de três são vítimas de homicídios antes de chegar aos 19 anos.

Segundo a Unicef, no Nordeste, o índice é de 6,5, um número que representa um aumento maior que o dobro desde 2005. Dados são do índice de homicídios na adolescência. Em Municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, a taxa de assassinatos de jovens chega a 3,65 por mil adolescentes.

Sr. Presidente, é um alto índice tudo o que a Unicef está mostrando. O estudo alerta que, se as condições que prevaleciam em 2014 não mudarem, 43 mil adolescentes poderão ser mortos entre 2015 e 2021 nos 300 Municípios analisados. A estimativa diz respeito...

Senador Cristovam, eu estava aproveitando este momento para dar esse informe aqui sobre o que vem acontecendo no Brasil, sobre o assassinato de jovens adolescentes.

O Senador Cristovam era o próximo a falar, mas me parece que ele teve um motivo urgente e se retirou do plenário.

Mas eu quero aqui só destacar, na lista com as dez capitais mais violentas, a cidade é seguida por Maceió, 9,37; Vitória, 7,68; João Pessoa, 7,34; Natal 7,10; Salvador, 6,87; São Luiz, 6,68; Teresina, 6,59; Belém, 5,32; e Goiânia, 4,76.

As cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo ocupam, respectivamente, a 19ª e a 22ª posição entre as capitais com mais violência.

Desde 2012, o número de adolescentes entre 12 e 18 anos morrendo por agressão é proporcionalmente mais alto do que o resto da população brasileira – 31,6 para cada 100 mil adolescentes em 2014, comparados com 29,7 para cada 100 mil pessoas no geral.

O estudo também aborda parâmetros de gênero, cor, idade e meio utilizado no homicídio.

Em 2014, os adolescentes do sexo masculino tinham um risco 13,52 vezes superior ao dos adolescentes do sexo feminino, e os adolescentes negros, um risco 2,88 vezes superior ao que não são negros.

A chance de perder a vida por arma de fogo é 6,11 vezes maior do que por outros meios. Por isso, há um movimento internacional pelo desarmamento, inclusive nos Estados Unidos.

Terminando de falar desse documento que recebi, não precisamos ser especialistas para entender que alguma coisa está errada, principalmente no Brasil. Como chegamos a esse ponto?

A quem interessa tudo isso? Aos traficantes? À indústria de armas? Aos grupos que pregam o caos na sociedade brasileira? Àqueles que acham que tudo se resolve com o "prendo, mato e arrebento"?



Os nossos jovens estão sendo sacrificados todos os dias. As políticas públicas têm sido inúteis, essa é a realidade que temos o dever e a obrigação de atacar com responsabilidade e com coragem, investindo em educação em todos os níveis, inclusive no ensino técnico, em fontes geradoras de emprego e em distribuição de renda. Não podemos mais fechar os olhos.

Esse tema é um dos assuntos fundamentais, Senador Hélio José, que a Frente Ampla pelo Brasil vem discutindo.

É um grande erro achar que essa tragédia será resolvida com programa de governo, até porque entra governo e sai governo, e as políticas e ações não mudam. Digo programas de governo que apontem no caminho da violência. O tema violência é uma questão de Estado.

Todos nós temos que nos voltar para políticas humanitárias.

Li esse documento que recebi da Unicef. Havia um entendimento de que o Senador Cristovam falaria em seguida, mas me parece, pela informação que nos traz o Senador Hélio José, que ele teve que se deslocar para outra área da Casa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse documento é altamente relevante, é um documento que fala e constata a violência no Brasil.

O senhor sabe que eu, aqui, nesta Casa, fui e sou relator de alguns projetos que defendem o direito ao uso da arma, por exemplo, pelos agentes de trânsito, o que eu e V. Ex^a apoiamos, porque são uma categoria preparada, que tem condições de ser uma polícia complementar; pelo oficiais de justiça, pois nós sabemos quanto eles são perseguidos – sou o Relator do PLC 30 –; pelos defensores públicos da União, que também estão nessa questão do PLC 30; pelos nossos auditores fiscais estaduais, porque o auditor fiscal do Brasil já usa, tem direito ao porte de arma.

O que não dá para nós é admitir a distribuição indiscriminada de arma. Por isso que eu quero elogiar o relatório, que demonstra e aponta, inclusive, que os próprios Estados Unidos estão fazendo uma campanha de contenção da violência.

Vamos registrar quem estava presente aqui, pessoal?

Quero cumprimentar vocês, que vieram nos visitar, desejar um bom retorno à residência de vocês.

Eu sou o Senador Hélio José, do Distrito Federal. Nosso Presidente, neste momento, é o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Hoje, debatemos assuntos importantes e relevantes aqui, sobre o servidor público, sobre a CPI da Previdência, sobre a educação, sobre a saúde.

Muito obrigado a vocês e bom retorno e aproveitem bem a estada em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para registro nos *Anais* da Casa, vocês são de onde? Minas?

(Manifestação da galeria.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Minas, Maranhão e Natal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sejam todos bem-vindos aqui...



O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... ao Parlamento brasileiro. (*Palmas.*)

Essa que tem que ser a Casa do povo e, por isso, vocês têm que estar aqui, para visitar e pressionar os políticos a combaterem a impunidade e a corrupção.

Sejam bem-vindos! (*Palmas.*)

Assim, terminamos a sessão do dia de hoje. Que Deus nos ilumine e que possamos, todos, todos, estar na linha de fazer o bem sem olhar a quem.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 37 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 167ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Realização de sessão



A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se na segunda-feira, dia 6, às 11 horas, destinada a celebrar o Centenário da Terapia Ocupacional no mundo, nos termos do Requerimento nº 471, de 2017, do Senador Antonio Anastasia e outros Senadores.



Término de prazo



Encerrou-se em 1º de novembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 - Complementar.

Foram recebidas as Emendas nºs 10 a 14-Plen.

A matéria volta à CAE para exame das emendas.





SENADO FEDERAL

EMENDA Nº 10 , DE 2017 – PLEN
(ao PLS nº 351, de 2013 - Complementar)

Dê-se nova redação ao Artigo 3º do PLS 351, de 2013:

“Art. 3º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 47-A:

Art. 47-A. Equiparam-se às operações de crédito irregulares descritas no art. 37, inciso II, e são igualmente vedadas:

I – concessão de empréstimos por parte do ente para agências financeiras oficiais de fomento ou outras instituições financeiras por ele controladas por meio de colocação direta de títulos de dívida pública;

Parágrafo Único - Nas operações de concessão de empréstimos por parte do ente para agências financeiras oficiais de fomento ou outras instituições financeiras por ele controladas celebradas por meio de contratos de mútuo ou instrumentos elegíveis a capital firmados a partir da publicação desta Lei, deverá ser registrada como despesa primária obrigatória de caráter continuado, tanto na execução orçamentária quanto nos demonstrativos de resultado fiscal, a diferença positiva entre o valor total dos encargos auferidos pelas mencionadas agências e instituições com a concessão de empréstimos e o custo do Tesouro do ente para disponibilizar os recursos desses mesmos empréstimos.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A redação do artigo original está confusa. A atual proposta de redação é mais coerente caso o objetivo seja proibir concessão de crédito por parte do ente para empresa controlada por meio de emissão direta de títulos públicos.

Torna-se desnecessária a existência do inciso II pois o I já veda esse tipo de operação, assim como o parágrafo 1º, visto que já consta do inciso II do artigo 37 da LRF a exceção para antecipação de lucros e dividendos, na forma da legislação.

O ajuste no parágrafo 2º se faz necessário, já que a forma proposta de contabilizar gera discrepância estatística na apuração do resultado primário entre os resultados acima e abaixo da linha, além de não estar alinhado com os manuais internacionais. Sugere-se texto com instrumento mais efetivo do

Recebido em 01/11/17
Hora: 15:43

João Victor da Silva Pereira
Estagiário-SLSF



SF/17501.09056-75

Página: 1/2 01/11/2017 15:07:20

793d692b982e00a8d251eb14efd24e701aa6193d



**SENADO FEDERAL**

controle do subsídio implícito, exigindo que este conste no orçamento do exercício, passando pela discussão no Congresso, e com impacto primário nas contas públicas

Sala das Sessões, de novembro de 2017.

SENADOR



SF/17501.09056-75

Página: 2/2 01/11/2017 15:07:20

793d692b982e00a8d251eb14efd24e701aa6193d

Recebido em ____/____/____
Hora: ____:____

João Victor da Silva Pereira
Estagiário-SLSF





SENADO FEDERAL

EMENDA Nº 11, DE 2017 – PLEN
(ao PLS nº 351, de 2013 - Complementar)

Suprima-se o art. 1º do PLS 351, de 2013.



SF/17265.74447-73

JUSTIFICAÇÃO

As reformas contábeis em curso no Brasil, com a convergência das normas brasileiras ao padrão contábil internacional, orientam pelo reconhecimento dos ativos e passivos quando do fato gerador. Deste modo, os reflexos no endividamento público, bruto ou líquido, deverão ser registrados independentemente da execução orçamentária.

A convergência também tem como reflexos a classificação dos itens patrimoniais como circulantes e não circulantes, conforme a liquidez, no caso dos ativos, e o grau de exigibilidade, para os passivos.

Neste sentido, inserir um marcador que indique quais bens e direitos apresentam liquidez imediata torna-se desnecessário, dado já existirem classificadores com esse propósito na contabilidade convergida aos padrões internacionais.

Outro ponto relevante é que a gestão do patrimônio passa a ser independente da execução orçamentária, e que avaliações de solvência e liquidez poderão ser realizadas por meio das demonstrações financeiras, como, por exemplo, por meio de uma análise conjugada do Balanço Patrimonial com a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Assim, entendemos que tal artigo é desnecessário

Sala das Sessões, de novembro de 2017.


SENADOR

Página: 1/1 01/11/2017 15:06:23

2fa2d484a0ff005a61b11c1c352d39a20b43c3b6

Recebido em 11/11/17
Hora: 17:43

João Victor da Silva Pereira
Estagiário-SLSF





SENADO FEDERAL

EMENDA Nº 12, DE 2017 – PLEN
(ao PLS nº 351, de 2013 - Complementar)

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 6º O artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 4º a 6º:

§ 4º É vedada a utilização, como medidas de compensação na forma do inciso II do caput, de eventual excesso de arrecadação ou de quaisquer ajustes na programação orçamentária e financeira da despesa pública.

§ 5º Entende-se por excesso de arrecadação, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda a projeção do exercício, o calendário de arrecadação da receita e fatores econômicos previsíveis.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A redação do referido artigo abriria uma brecha para concessão de renúncia tributária em determinado período do ano, mas que, ao longo do exercício, com possíveis mudanças nas condições do cenário econômico, essa renúncia se revele inadequada para o espaço fiscal verificado *ex-post*.

Dessa forma, é fiscalmente responsável não permitir essa possibilidade para aprovação de medidas de renúncia tributária e alterar a redação do § 5º.

Sala das Sessões, de novembro de 2017.


SENADOR

Recebido em 1/11/17
Hora: 17:43
João Victor de Silva Pereira
Estagiário-SLSF



SF/17917.72048-30

Página: 1/1 01/11/2017 15:11:10

73f1a3afaaff049ac30394e50f4d752808f76b5f



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº 13 , DE 2017 – PLEN
(ao PLS nº 351, de 2013 - Complementar)

2013: Dê-se nova redação ao art. 7º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de

“Art. 7º O artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º
.....

§ 5º A meta anual relativa ao resultado primário de que trata o § 1º não pode ser objeto de qualquer dedução para fim de sua apuração” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Da forma como está a redação atual neste dispositivo, o efeito prático é nulo, uma vez que são vedados abatimento da meta sobre dois tipos de medidas fiscais, como desonerações e programas de investimentos. Porém, todas as medidas possíveis podem ser utilizadas para abatimento.

Dessa forma, foi feito um ajuste para que não haja a possibilidade de abatimento das metas de qualquer forma.

Sala das Sessões, de novembro de 2017.


SENADOR

Recebido em 1 / 11 / 17
Hora: 17:43

João Victor da Silva Pereira
Estagiário-SLSF



SF/17201.28880-40

Página: 1/1 01/11/2017 15:11:43

f8e071f9520e5f98250ddd549df3e6ce6b78ba



SENADO FEDERAL

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 14, DE 2017 – PLEN
(ao PLS nº 351, de 2013 - Complementar)

Onde se lê “§ 4º” no § 4º do artigo 4º do PLS 351, de 2013,
leia-se “§3º”.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta é apenas um ajuste redacional na remissão feita
no texto do Art. 4, §4º do projeto em referência.

Sala das Sessões, de novembro de 2017.


SENADOR



SF/17098.39545-91

Página: 1/1 01/11/2017 15:08:12

1a7fdb083cfb4eb69ca7cf6b3bf393a8d1212a14

Recebido em 1 / 11 / 17
Hora: 12:42

João Victor da Silva Pereira
Estagiário SLSF



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 22

RQM nº 631/2017	Fernando Collor	RISF Art. 13	25/10/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 632/2017	Eduardo Braga	RISF Art. 13	25/10/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 633/2017	Telmário Mota	RISF Art. 13	31/10/2017 e 01/11/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 634/2017	Lídice da Mata	RISF Art. 13	26/10/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 635/2017	Paulo Bauer	RISF Art. 43, I	De 18/10/2017 a 20/10/2017	Licença saúde.
RQM nº 636/2017	José Medeiros	RISF Art. 13	24/10/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 637/2017	Alvaro Dias	RISF Art. 13	26/10/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 638/2017	Vicentinho Alves	RISF Art. 13	31/10/2017 e 01/11/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 639/2017	Elmano Férrer	RISF Art. 13	31/10/2017 e 01/11/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 640/2017	Magno Malta	RISF Art. 13	24/10/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 641/2017	Jader Barbalho	RISF Art. 13	26/10/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 642/2017	Jorge Viana	RISF Art. 13	01/11/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 643/2017	Magno Malta	RISF Art. 13	31/10/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 644/2017	Fernando Collor	RISF Art. 13	31/10/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 645/2017	Eduardo Braga	RISF Art. 13	31/10/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 646/2017	Garibaldi Alves Filho	RISF Art. 13	31/10/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 647/2017	Garibaldi Alves Filho	RISF Art. 13	01/11/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 648/2017	Antonio Carlos Valadares	RISF Art. 43, I	31/10/2017 e 01/11/2017	Licença saúde.
RQM nº 649/2017	Gladson Cameli	RISF Art. 13	31/10/2017 e 01/11/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 650/2017	Humberto Costa	RISF Art. 13	01/11/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 651/2017	Roberto Muniz	RISF Art. 13	31/10/2017 e 01/11/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 652/2017	José Medeiros	RISF Art. 13	31/10/2017	Atividade parlamentar.

Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 1

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
RQM nº 653/2017	Kátia Abreu	art. 40, § 1º	De 19/11/2017 a 22/11/2017	Participar do Encontro de Altas Autoridades para debater "Uma nova Gestão Pública para um novo Brasil", em Yale, New Haven, Estados Unidos.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - Edison Lobão*
-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Aírton Sandoval* (S)
-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
-PMDB - Raimundo Lira* (S)
-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
-PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
-PMDB - Waldemir Moka*
-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PROS - 1

Hélio José.	DF
-------------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
PROS.	1
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (-PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (-PROS-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (-PMDB-PA)	Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (-PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romero Jucá* (-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
Dário Berger** (-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (-PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (-PMDB-MS)
Edison Lobão* (-PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (-PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (-PMDB-SP)	Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>PMDB - 22</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87,132,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (100)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Wilder Morais - PP (39,122,131,147)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (106)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,125)</p> <p>Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,114,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (13,19,145)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (52,71,146)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,99,127)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,130,144) Davi Alcolumbre (74,87,132,150) Flexa Ribeiro (128,151) José Medeiros (12,14,18,88,129,143,149) Sérgio Petecão (10,133,148) Wilder Morais (39,122,131,147)</p>	<p>PROS - 1</p> <p>Líder Hélio José - PROS (42,48,86,155)</p>	<p>Majoria</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,113)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRRÓD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO
DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Hélio José (PROS-DF)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



4) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



5) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

Prazo final prorrogado: 06/11/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(2,7,9)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁸⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

*. Em 16.08.2017, foi lido o Requerimento nº 647, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 60 dias.

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).

2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).

3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).

4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).

5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).

6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).

7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

8. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

9. Em 24.10.2017, o Senador foi designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 226/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Galdes - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT).
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



3)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Aírton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,13)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,11)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Aírton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)
8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
11. Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-3511

E-mail: coceti@senado.gov.br



4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(6,9)
Senador Roberto Requião ^(6,9)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senadora Rose de Freitas ^(6,22)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5. VAGO ^(18,21)
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,14,16)	6. Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) ^(1,13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,17)	1. VAGO ^(4,20)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. ^(8,10,17)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. VAGO ^(5,11,12)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,15)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
17. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
18. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Aírton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Aírton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPDC).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2,16)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPMC).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- ** Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
^(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senadora Kátia Abreu (7,9,10)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1)
(1,16)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. VAGO ^(7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁹⁾
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,13,19)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 61 33034440

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airtton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº 024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº 69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 31/05/2017, nos termos do Ofício nº 220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017-BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
REDE
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
PTC
PODE

PROS**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS



Atualização: 01/06/2017

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE



PROS

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PSB
VAGO
PDT
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
PCdoB
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



18) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
VAGO
PCdoB
VAGO
PDT
VAGO
PMDB
VAGO
PP
VAGO
PPS
VAGO
PR
VAGO
PRB
VAGO
PSB
VAGO
PSC
VAGO
PSD
VAGO
PSDB
VAGO
PT
VAGO
PTB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS

Atualização: 01/06/2016

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



19) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)





SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

